



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARA
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS**

ROSÉLIA FERNANDES LEITE MEDEIROS

**TURISMO E SUSTENTABILIDADE NO CULTIVO DE FLORES EM SÃO
BENEDITO-CE**

FORTALEZA – CEARÁ

2017

ROSÉLIA FERNANDES LEITE MEDEIROS

TURISMO E SUSTENTABILIDADE NO CULTIVO DE FLORES EM SÃO BENEDITO-
CE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Gestão de Negócios Turísticos. Área de Concentração: Gestão de Negócios Turísticos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maione Rocha de Castro Cardoso.

FORTALEZA – CEARÁ

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Medeiros, Rosélia Fernandes Leite.

Turismo e sustentabilidade no cultivo de flores em São Benedito-CE [recurso eletrônico] / Rosélia Fernandes Leite Medeiros. - 2017.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 86 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos, Fortaleza, 2017.

Área de concentração: Gestão de Negócios Turísticos. Orientação: Prof.ª Dra. Maione Rocha de Castro Cardoso.

1. Floricultura. 2. Desenvolvimento. 3. Sustentabilidade. 4. Turismo de Negócios. 5. Políticas Públicas. I. Título.

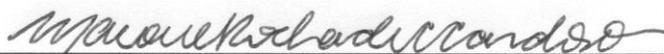
ROSÉLIA FERNANDES LEITE MEDEIROS

TURISMO E SUSTENTABILIDADE NO CULTIVO DE FLORES EM SÃO BENEDITO-
CE

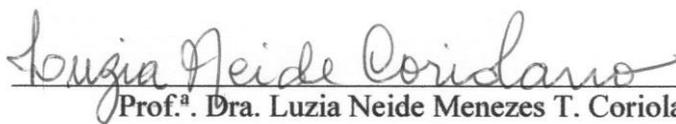
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão de Negócios Turísticos. Área de Concentração: Gestão de Negócios Turísticos.

Aprovada em: 04 de dezembro de 2017.

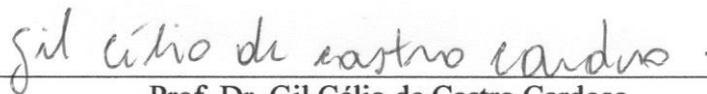
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª. Dra. Maione Rocha de Castro Cardoso (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof.ª. Dra. Luzia Neide Menezes T. Coriolano
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dr. Gil Célio de Castro Cardoso
Universidade Federal do Ceará - UFC

AGRADECIMENTOS

A Deus, por todas as bênçãos que tem me dado, pela vida, por me ensinar o significado de dependência, por ouvir minhas orações e atendê-las.

À Prof.^a Dr.^a Maione Rocha de Castro Cardoso, pela paciência e tempo dispensado na orientação, por ouvir minhas lamúrias e me fazer acreditar que era possível.

Aos membros da banca, Prof.^a Dr.^a Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano, por sua persistência em auxiliar todos os mestrandos, e ao Prof. Dr. Gil Célio de Castro Cardoso, por suas orientações,

A todos os professores que tão valentemente nos iluminaram o entendimento e nos fizeram abrir os olhos para novos conhecimentos.

À Fundação SINTAF, pela maravilhosa parceria com a UECE, o que nos possibilitou tal realização.

Aos colegas do curso, do trabalho e amigos, que me apoiaram e incentivaram.

Aos meus pais, por todos os ensinamentos e incentivos na busca por mais conhecimento.

Ao meu esposo, Wellington de Araújo Medeiros, e aos meus filhos, por sua paciência, amor, cuidado, compreensão e desprendimento de seu tempo para me apoiar na realização de mais um sonho, por não me deixarem desistir e me consolarem nos momentos de dificuldades.

“Nenhum homem é uma ilha isolada; cada homem é uma partícula do continente, uma parte da terra; se um torrão é arrastado para o mar, a Europa fica diminuída, como se fosse um promontório, como se fosse a casa dos teus amigos ou a tua própria; a morte de qualquer homem diminui-me, porque sou parte do gênero humano. E por isso não perguntes por quem os sinos dobram; eles dobram por ti”.

(John Donne)

RESUMO

O cultivo de flores tem demonstrado ser uma atividade econômica viável no Estado do Ceará e tem ajudado na promoção da Serra da Ibiapaba, no cenário nacional, como produtor de rosas, o que tem chamado a atenção inclusive atraindo visitação turística. Na busca do desenvolvimento econômico, as atividades turísticas têm demonstrado ser o caminho para o desenvolvimento na busca do turismo sustentável. Analisa-se o cultivo de flores em São Benedito-CE como negócio econômico e turístico com a preocupação da realização de forma sustentável. Iniciou-se com revisão da literatura estudando teorias e conceitos. Faz-se a diferenciação entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável, passando pelo estudo científico do turismo sustentável e políticas públicas de turismo, conceitos relacionados com o objeto do estudo. Optou-se pelo método qualitativo quantitativo com procedimentos estatísticos e de observação com coleta de dados pela aplicação de questionários aos produtores de flores em atividade no município de São Benedito. Também se realizaram entrevistas com gestores do município de São Benedito ligados ao turismo e à infraestrutura. Constata-se que há deficiência da gestão municipal, em termos do conhecimento de programas estaduais para o desenvolvimento do turismo na região, e, portanto, faltam programas municipais que o promovam. Conclui-se que as empresas produtoras de flores possuem rico potencial para o turismo, promovem desenvolvimento econômico, social e ambiental local, além de gerarem empregos. Infere-se também que a região apresenta potencial para o desenvolvimento da atividade turística, embora existam problemas a serem superados, a fim de atingir o desenvolvimento dos municípios.

Palavras-chave: Floricultura. Desenvolvimento. Sustentabilidade. Turismo de Negócios. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The cultivation of flowers has been shown to be a viable economic activity in the State of Ceará and has helped promote the Ibiapaba mountain range, in the national scene, as a producer of roses, which has attracted attention and even tourism. In pursuit of economic development, tourist activities have proven to be the way to develop sustainable tourism. The cultivation of flowers in São Benedito-CE is analyzed as an economical tourism business concerned with achieving sustainable development. It began with a review of the literature, studying theories and concepts. A contrasting comparison was made between economic growth and sustainable development, through the scientific study of sustainable tourism and tourism public policies, concepts related to the object of the study. The quantitative qualitative method was used with statistical and observational procedures with data collection, using questionnaires with active flower producers in the municipality of São Benedito. Interviews were also conducted with managers from the municipality of São Benedito, who were connected to tourism and infrastructure. It is noted that the municipal management is deficient, in terms of the knowledge of state programs for development of tourism in the region, and, therefore, they lack municipal programs that promote it. It is concluded that flower-producing companies have a rich potential for tourism, promoting local economic, social and environmental development, and generating jobs. It is also inferred that the region presents the potential for the development of tourist activity, although there are problems to overcome, in order to achieve development of the municipalities.

Keywords: Floriculture. Development. Sustainability. Business Tourism. Public Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Regiões de Planejamento do Ceará.....	48
Figura 2 – A Formação da Serra da Ibiapaba	50
Figura 3 – As Cidades da Serra da Ibiapaba	52
Figura 4 – Parque Nacional de Ubajara	54
Figura 5 – Viçosa do Ceará.....	55
Figura 6 – Sítio do Bosco	55
Figura 7 – Bica do Ipu	56
Figura 8 – Entrada CeaRosa.....	68
Figura 9 – Rosa das estufas Reijers	69
Figura 10 – Flores no campo da Flora Fogaça	70
Figura 11 – Santuário de N. Sra. de Fátima	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADECE	Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNtur	Conselho Nacional de Turismo
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
Embratur	Empresa Brasileira de Turismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAFLO	Instituto Brasileiro de Floricultura
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano do Município ()
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (
IPETURIS	Instituto de Pesquisas, Estudos e Capacitação em Turismo (
LAC	Limites da Mudança Aceitável
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PAR	Projeto Amiguinhos da Reijers
PDITS	Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
Plantur	Plano Nacional de Turismo
PNT	Política Nacional de Turismo
PPA	Plano Plurianual
PPR	Planejamento Participativo e Regionalizado
PRODETUR-NE	Programa de Desenvolvimento para o Turismo no Nordeste
SDA/CE	Secretaria de Desenvolvimento Agrário
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SETUR	Secretaria de Turismo do Ceará
Tecflores	Escola de Floricultura do Ceará
UNEP	United Nations Environment Programme
UNWTO	United Nations World Tourism Organization
WFMA	World Famous Mountais Association

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	13
2	O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	17
2.1	OS PARADIGMAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	19
3	O TURISMO COMO ALAVANCA PROMOTORA DO DESENVOLVIMENTO	27
3.1	O TURISMO SUSTENTÁVEL.....	32
3.2	AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL VIA TURISMO NO ESTADO DO CEARÁ.....	40
4	A SERRA DA IBIAPABA E O TURISMO REGIONAL	47
4.1	IBIAPABA E AS ATIVIDADES TURÍSTICAS	51
4.1.1	Principais atrativos turísticos da Serra da Ibiapaba	54
5	O CULTIVO DE FLORES E O TURISMO EM SÃO BENEDITO-CE NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL	60
5.1	EIXO ECONÔMICO.....	61
5.2	EIXO SOCIAL	65
5.3	EIXO DO MEIO AMBIENTE.....	66
5.4	O TURISMO EM SÃO BENEDITO-CE	67
5.5.1	O sítio CeaRosa	67
5.5.2	A empresa Reijers.....	68
5.5.3	O sítio Flora Fogaça	70
5.5.4	Santuário de Nossa Senhora de Fátima da Serra Grande.....	71
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
	REFERÊNCIAS	75
	APÊNDICES	81
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS EMPRESAS PRODUTORAS DE FLORES EM SÃO BENEDITO-CE	82
	APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM AGENTE PÚBLICO ...	86

1 INTRODUÇÃO

As flores são utilizadas nas mais diversas formas, servem de inspiração na poesia, na música, adornam festas de casamento, formaturas, decoram ambientes, são usadas também como ingredientes de pratos exóticos na gastronomia e como insumo nas indústrias de cosméticos e na farmacêutica. Além dos usos relacionados, servem de presente principalmente em datas festivas. O mercado de flores e plantas ornamentais oferece uma infinidade de variedades de flores, em todos os tamanhos, cores e embalagens, para atender aos mais variados gostos, bolsos e ocasiões. As flores, hoje, podem ser encontradas desde as lojas próximas às casas dos consumidores ou até encomendadas pela internet. A cadeia de produção de flores está cada vez mais profissional e eficiente, apresentando produtos de melhor qualidade e maior diversidade. As flores também se destacam por enriquecer a paisagem e contribuir com a promoção de cidades e parques no contexto turístico. Por tudo isso é que o cultivo de flores tem sua importância na economia.

Tendo como visão primeira o crescimento da economia local, o Estado do Ceará ingressou na atividade do cultivo de flores a partir de 1999, por meio de incentivos do governo do Estado às empresas do setor e divulgação dos benefícios climáticos ligados principalmente às áreas de serra. E embora o Ceará esteja localizado na região Nordeste do Brasil, região onde a escassez de água é uma realidade, assim como a predominância do sol – geograficamente, sabe-se que há apenas duas estações: a seca e a chuvosa – encontram-se no Ceará lugares cujo clima é diferenciado devido à altitude, como é o caso das cidades localizadas nas serras úmidas, como a de Baturité e a da Ibiapaba, onde está situada a cidade de São Benedito, objeto de investigação desta pesquisa.

Associado ao crescimento econômico da região de São Benedito, o cultivo de flores é também responsável pela divulgação do município, em âmbito nacional, através da propaganda e marketing que mostram a contribuição de tal atividade para a vida de residentes e visitantes, tornando-o assim parte importante para o desenvolvimento da atividade turística. Ademais, tem-se no cultivo de flores a potencialidade de desenvolver o turismo de eventos da mesma forma que já ocorreu em outras regiões do país, como é o caso de Holambra, em São Paulo. Considerando essas colocações, observa-se a importância de se estudar o cultivo

de flores associado à atividade turística, tendo por base a promoção do desenvolvimento sustentável conforme as peculiaridades da região.

Ao se discutir o tipo de desenvolvimento desejado para o Ceará, ligado ao turismo, múltiplas facetas devem ser levadas em consideração. Não há como se deter na análise para o crescimento puramente econômico, pois como já foi visto em outras sociedades, após a exploração desenfreada de uma região, sem que haja preocupação com os recursos naturais e as questões sociais relacionadas, que são esgotáveis, o resultado, após anos de exploração, é uma região abandonada. E a população que antes de ter sua região inserida nos roteiros turísticos tinha atividades ligadas à terra, já não sabe mais como viver sem a “prosperidade” que o turismo trouxe, portanto acabam abandonando seus lares em busca de outras regiões que ainda são exploradas na “nova” concepção de trabalho. Por isso, este trabalho estuda a relação crescimento econômico com sustentabilidade, ou seja, como as atividades econômicas podem ser realizadas, observando-se também os aspectos social e ambiental.

Não se pode dizer que o turismo e as atividades advindas dele causam somente destruição e descaracterização do que havia de belo. Há o turismo responsável e crítico e é a este que se deve buscar para implantar nas regiões onde se deseja inserir o turismo como atividade de desenvolvimento e crescimento.

O cultivo de flores em São Benedito-CE tem colaborado com o crescimento da economia do Estado e mudado a realidade de moradores da região da Serra da Ibiapaba. No entanto, os estudos que relacionam o cultivo de flores à atividade turística no Brasil e o fator sustentabilidade como imperativo na condução de políticas públicas e orientação de investimentos ainda são pouco explorados.

Esta dissertação parte do princípio de que o cultivo de flores é uma atividade que precisa obedecer aos parâmetros da sustentabilidade e que, associada ao turismo, poderá alavancar o desenvolvimento da Serra da Ibiapaba e assim as políticas públicas e privadas estabelecidas são responsáveis pelo desenvolvimento da região. Com isso, procura-se comprovar essa premissa elaborando-se os seguintes questionamentos:

- Os negócios econômicos e turísticos ligados ao cultivo de flores ornamentais, em São Benedito-CE, fazem-no de maneira a promover um desenvolvimento local sustentável?

- Quantos são os sítios produtores em São Benedito e por quem e para onde as flores são ofertadas?
- Qual a relação que o cultivo de flores em São Benedito tem com a atividade turística?
- Quais as políticas de desenvolvimento que incidem na região e no município de São Benedito que fomentam o cultivo de flores e o turismo?

Com o intuito de responder à pergunta que norteará o desenvolvimento da dissertação: o cultivo de flores ornamentais em São Benedito, na Serra da Ibiapaba, no Ceará, é um negócio econômico e, ao mesmo tempo turístico, desenvolvido de forma sustentável? Traçam-se os seguintes objetivos específicos:

- Averiguar se há promoção de um desenvolvimento local pautado no princípio da sustentabilidade na Serra da Ibiapaba.
- Retratar as atividades econômicas da cidade de São Benedito-CE ligadas ao cultivo de flores e ao turismo.
- Delinear a correlação entre a sustentabilidade turística e econômica por meio do cultivo de flores em São Benedito-CE.

Tendo em vista que o objeto primário do turismo é a natureza, justifica-se a escolha do tema da dissertação na busca do conhecimento dos impactos que os negócios, sejam econômicos ou turísticos, ligados ao cultivo de flores, em particular na cidade de São Benedito, na Serra da Ibiapaba/CE. Sobretudo verificar se o poder público em relação com os empreendedores das atividades produtivas e turísticas atenta para a sustentabilidade socioambiental.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo científico, diferentemente do senso comum, busca no estudo planejado, por meio de um método de abordagem do problema, encontrar respostas, visto que “a pesquisa é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 155).

Para atingir os objetivos, optou-se pelo método qualitativo e quantitativo com procedimentos estatísticos e de observação, sendo a pesquisa realizada em duas etapas: pesquisa documental e de campo, em que a documental se refere a um conjunto de procedimentos, que seleciona documentos relacionados ao tema estudado e procede à respectiva anotação e fichamento com referências e dados dos documentos, para que sejam posteriormente utilizados na redação de um trabalho acadêmico (STUMPF *apud* BARROS; DUARTE, 2008). A pesquisa de campo “na observação de fatos e fenômenos tais como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes, para analisá-los” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 186).

Na aplicação da metodologia especificada, procura-se o entendimento necessário quanto à relação sustentabilidade/turismo/cultivo de flores, em visitas às cidades da Serra da Ibiapaba, com foco principal na cidade de São Benedito, onde se encontram sítios que exploram a atividade turística ligada ao cultivo de flores. Na pesquisa de campo, foram aplicados questionários com perguntas abertas e fechadas. Estes questionários ou entrevistas semiestruturados foram direcionados aos empresários no intuito de conhecer a contribuição das empresas no desenvolvimento da região na qual estão inseridas, o comprometimento que elas têm com o meio ambiente, o papel social e a geração de emprego e renda.

Na análise dos questionários, utilizou-se a medida tendência central moda, a qual serve tanto na análise de variáveis quantitativas, quanto qualitativas (MEDRI, 2011), visto que algumas das perguntas formuladas mediram quantidades, como o número de funcionários, enquanto outras se relacionaram à qualidade, no caso da importância que as empresas dão à utilização de produtos menos agressores ao meio ambiente.

Dentre os parâmetros metodológicos utilizados, menciona-se a Escala de Linkert, visto que esta escala é um “tipo de escala de atitude na qual o respondente indica seu grau de concordância ou discordância em relação a determinado objeto” (APOLINÁRIO, 2007 *apud* BERMUDEZ *et al.*, 2016, p.16). No contexto da pesquisa, a escala foi usada para identificar o grau de importância atribuído pelos empresários às suas práticas produtivas que geram menos impactos negativos ao meio ambiente.

Tendo em vista a quantidade¹ de sítios da região, sete sítios na cidade de São Benedito, entrevistaram-se todos os empresários para que a amostragem fosse a mais fidedigna possível para se atingir os dados estatísticos recomendados, levando em consideração que o período de investigação aconteceu a partir de 2000, quando se iniciou a atividade do primeiro sítio no município de São Benedito-CE, até o ano atual de 2017, sendo a coleta de dados relativa aos meses de março a setembro de 2017.

Além destes, outros agentes-chave relacionados ao *trade* turístico e do desenvolvimento local, como os gestores públicos do município de São Benedito-CE, foram entrevistados no intuito de conhecer a visão que eles têm daqueles empreendimentos, a perspectiva de crescimento através do turismo, bem como as políticas e programas de desenvolvimento do poder municipal para o turismo local.

Na análise dos dados, elaboraram-se tabulações e gráficos, que apresentam os resultados encontrados para os questionamentos suscitados durante o desenvolvimento da pesquisa, a fim de comprovar ou refutar os questionamentos que motivaram esta dissertação, visto que:

Na análise, o pesquisador entra em maiores detalhes sobre os dados decorrentes do trabalho estatístico, a fim de conseguir respostas às suas indagações, e procura estabelecer as relações necessárias entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas. Estas são comprovadas ou refutadas, mediante a análise. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 168).

Para tanto, fez-se uma análise estatística descritiva dos dados, a qual se refere ao “corpo de métodos desenvolvidos para coletar, organizar, apresentar e descrever dados numéricos” (NEDER, 2014, p.5). Os resumos simples mostram as observações feitas e os resultados alcançados.

Com base nos dados obtidos e verificação destes, alerta-se para a credibilidade do trabalho proposto e da execução dele, bem como a necessidade que se faz de ter por objeto de estudo um assunto tão pouco debatido ou explorado, como é o caso do turismo ligado ao cultivo de flores.

A dissertação está estruturada da seguinte forma: na primeira parte são apresentados o objeto de estudo, os questionamentos que levam à escolha de tal tema, objetivos propostos e os passos metodológicos utilizados; na segunda parte, discute-se sobre o entendimento e a diferenciação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento sustentável, mostram-se as peculiaridades e

¹ O quantitativo reduzido de sítios é outro dado que leva ao uso da medida central moda.

conceituações; no terceiro item, ingressa-se na seara do turismo, apresentam-se a definição, a classificação e as questões que promovem uma atividade sustentável, bem como as políticas públicas de turismo para fortalecimento da região da Ibiapaba, com roteiros turísticos sustentáveis, relacionando-o ao objeto de pesquisa. A quarta parte discorre sobre a Serra da Ibiapaba, as cidades que compõem o planalto e relacionam-se os atrativos turísticos existentes. A quinta parte aborda especificamente o município de São Benedito, os atrativos turísticos ora explorados, a atividade do cultivo de flores e apresentam-se os dados coletados, bem como as análises em relação aos objetivos propostos. Conclui-se apresentando as considerações finais e as referências utilizadas para a produção da dissertação com o ponto alto da pesquisa.

2 O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

A leitura acerca do tema turismo e a busca de dados em pesquisa documental permitem perceber uma relação estreita entre turismo e desenvolvimento. Muitas são as associações de crescimento das regiões onde o turismo se insere como setor importante para a economia local, embora haja divergência a respeito de como mensurar tal crescimento. Por esta razão, optou-se por, neste item, aprofundar o estudo para entender a diferença entre crescimento econômico, desenvolvimento e desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento econômico, muitas vezes confundido com crescimento econômico, é “um processo de melhoria das condições econômicas dos indivíduos” devendo, “portanto, a análise do desenvolvimento econômico de um país levar em consideração tanto o nível de renda quanto a distribuição da renda” (SANTOS; KADOTA, 2012, p. 391; 394). Isto se faz necessário para que não se incorra no risco de ter distorções da realidade. Desta forma, para se analisar o nível de desenvolvimento de um país ou região, levam-se em consideração fatores como o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O uso desses índices concomitantemente se deve ao fato de as taxas de crescimento encontradas no PIB esconderem grande diferença na melhoria de vida das pessoas, desvirtuando assim a realidade encontrada em muitos países, daí a necessidade de se considerar também o IDH.

Sachs (2008, p. 13), ao fazer referência à diferenciação de crescimento econômico e desenvolvimento, reconhece a necessidade do crescimento e alerta que ele não é suficiente “para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos” uma vez que desenvolvimento envolve muito mais do que meramente o acúmulo de riquezas materiais que remete a crescimento.

Já Krippendorf (2001) chama atenção para a autocracia da economia e seu domínio sobre a exploração dos recursos naturais, dos valores humanos e da política de Estado, fazendo com que tudo gire ao seu redor, tornando-a a força que move a civilização. É o lado mercenário da sociedade que mensura todas as coisas pelo valor monetário que cada uma representa, sem preocupação com as consequências advindas no futuro para as ações realizadas no presente. Trata-se do egocentrismo ou do “você sabe com quem está falando?” atuando em todos os setores da sociedade moderna de forma arrogante.

Faria (2012) apresenta as principais correntes de pensamento do desenvolvimento e a intrínseca relação com o crescimento econômico, confirmando a similitude de desenvolvimento econômico com crescimento econômico em três das quatro grandes correntes teóricas², ainda que com a tentativa crescente de incorporar ao desenvolvimento à justiça social.

Analisando a construção do conceito e o debate acadêmico sobre desenvolvimento desde o final do pós-guerra foi possível constatar sua evolução e complexidade. Passa da produção de modelos de crescimento econômico para países subdesenvolvidos ou regiões atrasadas para processos analíticos, avança da dimensão econômica a uma pluralidade de dimensões, incorporando, até o momento, aspectos referentes à conservação e proteção ambiental e o empoderamento de pessoas (FARIA, 2012, p. 17)

Pode-se compreender então que “desenvolvimento é um termo ambíguo usado para descrever tanto o processo pelo qual uma sociedade se move de uma condição para outra, como o objetivo deste processo” (SHARPLEY, 2010, p. 3, tradução nossa), ou seja, o termo é muitas vezes utilizado na definição de crescimento, assim como de desenvolvimento, porque em ambas as situações, a questão econômica está presente e possui papel importante. Ao mesmo tempo, verifica-se que este é um conceito que tem evoluído ao longo do tempo passando da importância unicamente econômica para a de crescimento ou desenvolvimento humano no sentido mais humanitário da palavra.

Constata-se, através dos autores apresentados, que o crescimento puramente econômico não é solução para os problemas encontrados nas regiões em desenvolvimento, como a Serra da Ibiapaba, no Ceará, mas que os programas de desenvolvimentos estabelecidos, quer tenham iniciativa privada ou pública, precisam ter como princípio norteador o desenvolvimento sustentável na dimensão econômica e humana. Com base neste conceito é que se realiza a pesquisa, por esta razão, aprofunda-se o conceito de desenvolvimento sustentável.

² Teoria da modernização onde o desenvolvimento se realiza em etapas a partir do crescimento econômico; a teoria da dependência defende que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento não são etapas de crescimento, embora relacionados, constituem uma reprodução do sistema capitalista; a teoria neoliberal defende uma liberação do comércio internacional, privatização das empresas públicas e redução da intervenção do Estado na economia; as teorias alternativas ao modelo neoliberal incorporam outras dimensões além da econômica, como a ambiental e a humana.

2.1 OS PARADIGMAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ao longo dos anos, o estudo do desenvolvimento sustentável e a importância deste relacionado aos vários setores econômicos, em especial no turismo, têm motivado trabalhos e pesquisas que ajudam na elaboração de novos empreendimentos ou equipamentos turísticos³ e na avaliação dos já existentes, a fim de conhecer a intensidade com que os princípios da sustentabilidade são aplicados.

O estudo do conceito de desenvolvimento sustentável leva a uma ponderação sobre a fragilidade natural do que seja este desenvolvimento no campo real comparado ao que é o ideal, tendo em vista a interdisciplinariedade da sustentabilidade. Verifica-se que existem linhas de pesquisas que levam a crer na insustentabilidade de tal desenvolvimento quando visto pela ótica econômica ou mesmo ambientalista, pois estas duas linhas se confrontam na busca de “seu” ideal, o que pode não ser satisfatório para nenhum dos fatores. Por esta razão, não se tem a pretensão de delinear profundamente o que cada corrente defende, pretende-se apenas fomentar o interesse que tal estudo suscita na reflexão sobre o objeto de estudo da dissertação, apontando avanços e retrocessos na busca dos objetivos para se alavancar o crescimento social e econômico em bases sustentáveis.

Uma vez que o estudo remete a um objeto ligado às questões ambientais, passando pelo econômico e social, procura-se refletir sobre a importância da relação da atividade do cultivo de flores, cujo cunho principal é o econômico, como exerce também papel social na comunidade em que se insere ao trabalhar com a atividade turística voltada ao bem-estar de viajantes.

Esta reflexão leva ao que Sharpley (2010) citando Lélé (1991) diz que, para se entender a filosofia do desenvolvimento sustentável, é necessário dividir as partes que o formam e avaliá-las separadamente. Daí a estruturação deste item em conceitos que explicam a diferenciação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável, segundo a Comissão Brundtland, em seu relatório de 1987, “Nosso Futuro Comum” citado por diversos autores é o de desenvolvimento cuja preocupação não se detém na satisfação das necessidades apenas da geração presente, mas que além destes, há a preocupação

³ Pode-se citar estudos relativos a instalações de equipamentos como o Aquário do Ceará, o Aeroporto de Jericoacoara, entre outros.

de prover os meios de satisfazer também as necessidades dos que virão, ou seja, as gerações futuras.

Assim sendo, embora o conceito de sustentabilidade seja relativamente novo, o cerne que o define é antigo. Pode-se ainda dizer que a sustentabilidade, vista por outro ângulo e noutra dimensão, relaciona-se aos ensinamentos de Jesus Cristo encontrados nas escrituras sagradas, somente fazer ao próximo aquilo que se quer que seja feito a nós. Por isso procura-se um crescimento sustentável emergindo da necessidade humana. Portanto, ao ser realizado um trabalho cujo objetivo seja o desenvolvimento sustentável, tem-se a preocupação coletiva com os recursos naturais e com a vida no planeta, no caso, dos residentes e turistas.

A compreensão do que seja desenvolvimento sustentável vai além do conceito. Segundo Brüseke (1995) o ponto de partida da teoria do desenvolvimento sustentável é uma perspectiva multidimensional que envolve economia, ecologia e justiça social ao mesmo tempo. Sachs (2009) diz que embora o termo seja mais utilizado para expressar a sustentabilidade ambiental, o conceito tem diversas dimensões: a social, cultural, econômica, política, territorial e a sustentabilidade do sistema internacional, chamando a atenção para uma “conversa” entre as partes que o compõem. Cardoso (2014, p.68) observa que o desenvolvimento sustentável é uma parte do todo e da inter-relação com as partes, não podendo o mesmo acontecer de forma individualista ou separada:

Um dos aspectos mais importantes para, que se torne factível o desenvolvimento sustentável, visto que, para tal, deve haver a compreensão do todo e da inter-relação de suas partes, é a interdisciplinaridade. Sendo assim, é fundamental que vários tipos de habilidade, talentos e conhecimentos façam parte da construção da sustentabilidade, dialogando entre si e buscando uma visão global para além da especificidade de cada disciplina.

Apesar de a sustentabilidade coexistir com outras ciências para que seja efetivada, a preocupação com um desenvolvimento que tivesse repercussão além da economia é relativamente nova, uma vez que apenas o crescimento econômico permeava a importância na elaboração de programas e projetos estabelecidos para o bem-estar da sociedade. O pensamento predominante era de que os recursos naturais eram infinitos e de fácil manipulação através da crescente tecnologia. Porém, com o advento da Segunda Guerra Mundial e a bomba de Hiroshima e Nagasaki, entre outros fatos, verificou-se que, assim como a tecnologia e a ciência são capazes de produzir, elas também têm alto poder de destruição.

A onda de conscientização ambiental é ainda mais recente – embora ela possa ser parcialmente atribuída ao choque produzido pelo lançamento da bomba atômica em Hiroshima e à descoberta de que a humanidade havia alcançado suficiente poder técnico para destruir eventualmente toda a vida do nosso planeta. Paradoxalmente, foi a aterrissagem na Lua – outro feito técnico e científico grandioso – que despertou a reflexão sobre a finitude do que então era denominado Espaço Terra. A opinião pública tornou-se cada vez mais consciente tanto da limitação do capital da natureza quanto dos perigos decorrentes das agressões ao meio ambiente, usado como depósito (SACHS, 2009, p. 47-48).

E embora o crescimento tecnológico tenha possibilitado o uso mais intensivo dos recursos naturais, a capacidade que o homem desenvolveu, ao longo dos anos, de extrair da natureza mais recursos, trouxe também maior prejuízo a esta mesma natureza que os produz, desta forma, a produção industrial, que tanto crescimento trouxe a alguns países, veio acompanhada de um impacto mais danoso ao meio ambiente.

Tendo em vista a variedade de conhecimento que a humanidade tem acumulado ao longo das gerações, é questionável que somente no final do século XX acontecesse a busca por um desenvolvimento menos predatório. A escassez de recursos naturais não renováveis, como o petróleo, a poluição do ar e a degradação do meio ambiente, são alguns fatores que motivaram esta mudança.

Por outro lado, o que se vê constantemente é uma procura desenfreada pelo consumo, tornando contraditória a busca por um desenvolvimento sustentável. Daí a necessidade de um constante apelo, através de estudos e/ou pesquisas, para que se faça uma reflexão sobre o que seja sustentabilidade, e assim a sociedade saia do estado entorpecido em que se encontra e desperte para a necessidade de apoiar ações que busquem uma melhor qualidade de vida, ou outra forma de sobrevivência, para as gerações atual e futura, pois se assim continuarem, estarão fadadas ao finito e breve fim dos recursos.

O conceito de desenvolvimento sustentável, de acordo com a Comissão da Organização das Nações Unidas (ONU), está fundamentado no tripé: crescimento econômico, equidade social e conservação ambiental, sendo que eles precisam coexistir simultaneamente numa relação de dependência. Dias (2015, p.34) lembra que a relação é tão estreita que os impactos que ocorrem em uma área refletirão em outras, ou seja, os impactos ocorridos na economia terão repercussão na sociedade e no meio ambiente, pois “nenhum desses três objetivos pode ser alcançado sem avanços simultâneos e inter-relacionados com os outros dois.”

Assim sendo, ao se falar de sustentabilidade, não se referem apenas aos impactos causados pela ação do homem à natureza, também estão sendo considerados os efeitos ocorridos sobre a economia, a cultura e a vida social e política de uma área, levando em consideração a amplitude que tal conceito possui. (CORREA; PIMENTA; ARNDT, 2009), pois “um dos elementos diferenciais do desenvolvimento sustentável em relação ao padrão anterior, é justamente o fato de sua base não ser apenas econômica, mas também ambiental, social, política e cultural”. (CARDOSO, 2007, p. 110)

Além da fragilidade proveniente da aplicabilidade dos projetos turísticos ligados à sustentabilidade, deve-se reforçar a necessidade de um envolvimento regular de todos que a buscam, visto que “a sustentabilidade é uma linha no horizonte, nos aproximamos dela, mas nunca a encontramos.” (DIAS, 2015, p. 25-26). É por esta razão que alterar o modelo atual de desenvolvimento, procurando uma sustentabilidade na utilização do meio ambiente natural, a fim de promover segurança às gerações futuras da existência de recursos naturais que atendam também as suas necessidades, é a meta primeira do desenvolvimento sustentável.

Por ser abrangente e estar relacionada a tantas áreas, é que a sustentabilidade se torna uma meta de difícil acesso. Entretanto não se pode deixar que as dificuldades norteiem as decisões e a busca por um objetivo mais nobre, como a procura por atividades que tenham uma visão no bem comum e na responsabilidade participativa. Faz-se isso partindo do pensamento complexo de Morin (2003, p.70) que diz que: “deve-se tentar o conhecimento dos problemas-chave do mundo sob pena de imbecilidade cognitiva”, assim, tem-se a obrigação de tomar conhecimento dos problemas que afetam a sustentabilidade, das soluções possíveis, da necessidade de implantação e da responsabilidade que as ações de um têm sobre os demais, para que não aconteça a preocupação de Morin (2003, p.71) ao advertir que “quanto mais os problemas se tornam planetários, mais eles se tornam esquecidos”.

É consenso a necessidade de planejamento para que as ações de sustentabilidade possam ter efetividade, pois “o ecodesenvolvimento requer o planejamento local e participativo, no nível micro, das autoridades locais, comunidades e associações de cidadãos envolvidas na proteção da área.” (SACHS, 2009, p. 73), um planejamento de base onde todos que serão afetados possam se sentir responsáveis pelas decisões tomadas e subseqüente consequências.

O planejamento moderno é essencialmente participativo e dialógico, e exige uma negociação quadripartite entre os atores envolvidos no processo de desenvolvimento, levando a arranjos contratuais entre as autoridades públicas, as empresas, as organizações de trabalhadores e a sociedade civil organizada. (SACHS, 2008, p. 33)

Mourão (2000) alerta para a necessidade de medidas concretas de planejamento e mecanismos eficazes de controle e gestão das atividades econômicas do turismo, que devem estar em consonância com as políticas públicas relacionadas ao meio ambiente, economia, educação e desenvolvimento regional. Bem como estudos para avaliar essas ações políticas no objetivo de buscar efetividade e eficiência do planejamento para a sustentabilidade.

Williams (2003), ao conceituar planejamento, relaciona algumas características do que seja um processo de planejamento, entre as quais estão a necessidade de antecipar e ordenar mudanças; que sejam voltadas para o futuro; que procure soluções para problemas percebidos; que tenham por objetivo aumentar e (idealmente) maximizar os eventuais benefícios de desenvolvimento, quer sejam de carácter físico, econômico, social ou ambiental; e que produzam resultados previsíveis.

Fernandes (2011, p. 4) falando a respeito de planejamento ligado ao turismo, leva ao entendimento que “o princípio básico do planejamento é identificar uma situação presente e traçar ações futuras para a melhoria da mesma”. E assim o autor faz um alerta para o cuidado que se deve ter ao planejar uma atividade turística, lembrando de levar em consideração algumas características especiais que ele relaciona como: o estabelecimento de uma relação entre passado, presente e futuro para se obter mais sucesso no estabelecimento de estratégias, objetivos e metas; definição de ações alternativas para o futuro; determinação de critérios que possam ser utilizados na escolha das alternativas traçadas; antecipação de soluções para problemas que possam ser previstos; e especificação de medidas econômicas que possam remover obstáculos que estejam impedindo o crescimento econômico.

Assim, o planejamento é indispensável para o desenvolvimento de um turismo sustentável, pois o turismo é um dos setores que mais tem contribuído para ações ligadas ao desenvolvimento e preservação dos pilares que compõem o desenvolvimento sustentável, além de ser considerado como um fator de crescimento econômico e redutor das desigualdades sociais e ampliador da renda

per capita (SANTOS; KADOTA, 2012), sendo seus efeitos multiplicadores manifestados na economia local e regional (FARIA, 2012).

Na relação do desenvolvimento sustentável à atividade do cultivo de flores com planejamento, pode-se analisar, pela experiência da cidade de Holambra, em São Paulo, que é possível coordenar ambos de forma que seja executável e possível de ser atingido, para que as medidas que barrem o crescimento excessivo e prejudicial ao meio ambiente sejam tomadas pelo poder público.

Holambra conhecida como a “Cidade das Flores”, (realizou) grande investimento por parte da prefeitura na manutenção de praças e jardins, abastecimento de água e tratamento de esgoto de 100% da população urbana e criação de medidas para que a expansão urbana não fosse excessiva, como proibição de loteamentos em certas áreas (BREG, 2008, p. 9).

Desta forma, o poder público proporciona infraestrutura que possibilita ao residente, bem como ao visitante, ter as comodidades inerentes à atividade turística, sem deixar de lado a questão da sustentabilidade ambiental. Vale ressaltar que o planejamento e a preocupação com o desenvolvimento sustentável na atividade do cultivo de flores, em Holambra, são percebidos inclusive nas declarações de valores das cooperativas que funcionam na região, “cuidar da natureza para assegurar o bem-estar das futuras gerações.” (CAVALLARO; FURLANETI; KRAKAUER, 2016). Ou seja, há uma preocupação dos produtores em estabelecer limites e programas que tenham cuidado não somente com o crescimento da atividade econômica, mas também com a garantia de que seus descendentes poderão continuar a desfrutar da continuidade dos negócios ora estabelecidos.

Em visita às empresas de São Benedito-CE, observou-se a preocupação explícita destas com o bom desempenho de suas atividades e o cuidado com o meio ambiente. Isto pode ser visto pela descrição dos objetivos, da missão e dos valores das entidades. Estes elementos norteiam os processos da organização para gerar lucro e ao mesmo tempo contribuir para o desenvolvimento sustentável. Ademais, vale ressaltar que houve uma conversa informal com os empresários antes da aplicação dos questionários propriamente ditos, o que possibilitou verificar que as empresas apresentam gestão familiar e que seus fundadores são provenientes de outros estados com vasta experiência no ramo.

Do mesmo modo, observadas as condições necessárias de planejamento com participação social no estabelecimento de projetos, que visem ao

desenvolvimento local, utilizando-se da potencialidade existente, bem como a latência turística da Serra da Ibiapaba, pode-se ter no cultivo de flores na região de São Benedito uma atividade turística sustentável que traga desenvolvimento econômico e social.

Entretanto, muitas ações do poder público e privado da região da Serra da Ibiapaba-CE, objeto desta pesquisa, ainda devem ser efetivadas para que tal desenvolvimento ocorra. Percebe-se isto na falta de cuidados com programas como o estabelecimento de uma escola que introduza os moradores da região no conhecimento das técnicas e habilidades necessárias ao cultivo e cuidados com as flores. “Foi assim que começou a TecFlores criada com o objetivo de capacitar jovens da região, evitar o êxodo rural e iniciar um espírito empreendedor.” (ALVES *apud* RODRIGUES, 2013).

Após o estabelecimento dos produtores de flores em São Benedito e percebendo a necessidade de treinamento dos trabalhadores, foi inaugurada, em 2006, a Escola de Floricultura do Ceará (Tecflores), em terreno cedido pela empresa Reijers, com a infraestrutura de estufas e salas de aula onde os jovens de 18 a 25 anos da região podiam se especializar na atividade do cultivo e manejo de flores. Após um período de inatividade, a escola voltou a funcionar, tendo à frente o Instituto Agropolos do Ceará⁴.

A falta de planejamento ligado à atividade turística de visitação aos sítios produtores é ampliada pelo descaso do poder público com a infraestrutura das estradas que dão acesso aos sítios, no período das chuvas, quando se torna impossível o acesso a tais locais. Muitos são os percalços a serem percorridos para de que se estabeleça a região da Ibiapaba num roteiro turístico que envolva não somente a visita o aos sítios produtores de flores, mas também a realiza o de feiras e eventos relacionados à atividade, como acontecem em Holambra-SP, que tragam ganhos econômicos e sociais obtidos a partir de programas de sustentabilidade.

Logo, para se compreender o tipo de turismo defendido para o fortalecimento de uma atividade sustentável, passa-se a discutir e resenhar o que seja turismo e como identificar as características que o tornam sustentável, bem

⁴ Na ocasião da primeira visita de campo, em abril/2017, as estruturas da escola e estufas estavam em estado deprimente, no entanto foi executada uma reforma e voltaram a funcionar em agosto/2017.

como as políticas públicas que ligam turismo, cultivo de flores e desenvolvimento local na Serra da Ibiapaba-CE.

3 O TURISMO COMO ALAVANCA PROMOTORA DO DESENVOLVIMENTO

A fim de se compreender o turismo como responsável pelo desenvolvimento nas regiões onde são estabelecidos programas que o promovam, faz-se uma revisão da literatura que aborda a temática do desenvolvimento e políticas públicas, seus conceitos e classificações via turismo.

Tendo em vista os muitos conceitos relacionados à atividade turística e procurando entender, sob a óptica científica, o que seja turismo, chega-se a um ponto em comum entre as definições dadas pelos autores estudados, pois o turismo é um “fenômeno humano rico, complexo e polivalente, podendo ser entendido e definido segundo várias ópticas” (BAPTISTA, 1990, p. 9), nisto, entende-se por ópticas a visão do turismo sob o ponto de vista econômico, social, político e legal, tecnológico e ecológico.

Williams (2003, p. 2, tradução nossa) entende que a dificuldade para se chegar a uma única definição se dá em virtude das muitas áreas de estudo que o turismo abrange como geografia, economia, negócios e marketing, sociologia, antropologia, história e psicologia, onde as “diferentes estruturas conceituais dentro destas disciplinas levam inevitavelmente a contrastes em perspectiva e ênfase.”

O autor acima citado elenca ainda quatro dificuldades para uma definição de turismo: a dificuldade de distinguir e registrar os níveis de atividades turísticas; a delimitação do turismo como uma atividade industrial (o que para alguns autores, como Beni, parece claro, há outros, como Coriolano, que o defendem como serviço). As conceituações beneficiam-se de vários graus de pensamentos teóricos – o que leva a outra dificuldade, que é a interdisciplinariedade, visto que adotar uma abordagem multidisciplinar é mais fácil de dizer do que fazer, pois a aplicação de perspectivas alternativas pode, quando confrontada com uma atividade multifacetada, como o turismo, tornar-se mais obscura do que revelar.

Embora para alguns estudiosos haja dificuldade na utilização de uma conceituação única, busca-se relacionar estudos de diversos autores a fim de se entender a relação que a atividade tem com o desenvolvimento de uma região na qual se insere. Tudo isso porque “o turismo é um fenômeno social que não acontece num vazio, mas numa sociedade em funcionamento, e ele é, por sua vez, consequência da dinâmica desta.” (BARRETO, 2003, p. 12). Avançando nas explicações, Coriolano (2012, p 11) define o turismo como “o lazer dos que viajam”,

Krippendorff (2001, p. 46) o define como “uma válvula de escape que permite o relaxamento das tensões, a orientação das vias socialmente inofensivas e das esperanças não realizadas”.

E Smith (1998) citado por Cooper, Hall e Trigo (2011, p.127) vê o turismo como “a agregação de todos os negócios que oferecem, de forma direta, bens e serviços que visam facilitar negócios, entretenimento e lazer em ambientes distantes do lugar onde se mora.” Por outro lado, Cooper (2001, p. 38) o vê como “uma experiência essencialmente humana, desfrutada, esperada e lembrada por muitos como um dos momentos mais importantes de suas vidas.”

Mesmo sob óticas diferentes, pode-se perceber que as definições, em graus diferentes de relação, estão associadas ao lazer e que é possível chegar-se a alguns pontos em comum que tais definições carregam. Segundo Cooper, Hall e Trigo (2011, p.125), há algumas características que são peculiares ao turismo e que podem ajudar no entendimento desta atividade:

- trata-se de um setor bastante diversificado. Conta com estabelecimentos de vários tamanhos, de diversos tipos de negócio, de setores de mercado variados, de classes de organizações distintas e também de processos diferentes; sendo assim, ele é mais um coletivo de setores e indústrias do que um único setor;
- turismo não é um produto único, e sim uma faixa de produtos e serviços que interagem entre si;
- é composto por elementos tangíveis e intangíveis;
- é produzido no local de consumo.

Nesta perspectiva, verificam-se a importância e o entendimento necessários do que seja turismo, uma vez que tal definição poderá aclarar não somente o objeto de pesquisa, como também tudo o que a ele esteja relacionado.

Enquanto o turismo é percebido por algumas pessoas como a atividade responsável pela degradação e descaracterização de uma região, também é visto como uma “atividade-chave da modernização que privilegia relações sociais artificiais, efêmeras da sociedade de consumo, ao transformar lazer em mercadoria.” (CORIOLANO; SAMPAIO, 2012, p. 28). E levando-o ainda mais para o lado econômico, pode-se afirmar, assim como Mario Beni, que “a cadeia produtiva do turismo é muito mais importante do que a produção do setor primário e secundário

em termos de participação e atividade econômica” (BENI, 2012). Daí a defesa das empresas envolvidas no *trade* turístico e dos governantes na implantação de um novo empreendimento.

Diante das divergências, Coriolano, Leitão e Vasconcelos (2009, p. 29) afirmam que “O turismo é um campo de estudo afeito a tensões e antinomias. De um lado é considerado um dos fatores de aceleração do desenvolvimento moderno e, de outro, da intensificação das redes de aceleração sociais do planeta.” É a ambiguidade da imagem do turismo relacionada a crescimento econômico versus destruição da natureza e da cultura de um povo explorado.

No entanto, turismo é também uma atividade econômica inserida na economia de mercado e pode ser a solução para combater o subdesenvolvimento (CORIOLANO, FERNANDES, 2014). Logo, se o turismo for tratado apenas como uma atividade socioeconômica capitalista, guiada pelo lucro, pode não trazer o desenvolvimento econômico esperado quando as desvantagens concernentes à criação de uma atividade turística tornarem-se mais contundentes.

A criação de novos negócios turísticos com enfoque somente na economia pode trazer o que Cardoso (2014, p. 55) discute como sendo um dos maiores desafios dos tempos atuais, “a conciliação entre crescimento econômico e a preservação do meio ambiente”.

A promoção do crescimento econômico traz consigo a ideia do aumento da demanda por recursos naturais que, atrelada ao aumento da população mundial, requer um maior consumo de bens e, conseqüentemente, uma maior exploração ambiental.

Como todas as áreas da economia, o turismo também possui desvantagens e riscos, podendo ser citados a exigência de grandes investimentos de capital físico e humano, o mau uso do turismo na cidade, a supervalorização do setor imobiliário e o desequilíbrio ambiental, adensamento urbano sazonal, pressão social, excesso do uso de recursos escassos, entre outros. Desta forma, deve-se atentar para a interdependência existente em todas as áreas que compõem o que seja o turismo ligado à sustentabilidade.

Visto que o turismo é também uma atividade econômica inserida no meio natural e que a responsabilidade primeira do Estado deve ser a de promover a segurança e o desenvolvimento econômico e social, na provisão de bens e serviços que somente ele pode realizar (LIMA, 2004), é preciso que ele aja como regulador na implantação de qualquer projeto turístico a fim de se evitarem maiores danos às

comunidades e que se tenha o tão desejado turismo sustentável. Daí a necessidade contínua de um planejamento estabelecido com as comunidades, empresas e governantes com uma visão de continuidade e desenvolvimento. Continuidade e desenvolvimento defendidos por Fernandes (2011) quando ressalta que estes são alguns dos requisitos básicos para o sucesso de qualquer atividade de planejamento no turismo.

Dentre os eixos do turismo, embora haja uma relação específica para cada tipo de atividade desenvolvida, pode-se dividir o turismo em duas grandes categorias: o turismo de massa e o turismo alternativo; entendendo que turismo de massa se relaciona “à produção de turismo organizado industrialmente, que apoia o movimento de grandes números de pessoas” (COOPER; HALL; TRIGO, 2004, p. 39 *apud* BRAMWHEEL, 2004) e turismo alternativo como “formas de turismo que estão em consonância com valores naturais, sociais e comunitários”. (EADINGTON; SMITH, 1992, 3 *apud* COOPER; HALL; TRIGO, 2004, p. 40).

Pode-se também dividir o turismo de acordo com a segmentação, a qual é estabelecida conforme as características que identificam a oferta e a demanda, onde oferta, segundo Leiper (1979) citado por Cooper (2001), consiste em todas as empresas, organizações e instalações destinadas a servir às necessidades e aos desejos específicos dos turistas, ou seja, o *trade* turístico e os bens turísticos. Por outro lado, a demanda refere-se diretamente ao turista, podendo, no entanto, variar de acordo com o grupo de estudiosos que a classifica.

As definições de demanda variam de acordo com as perspectivas do autor sobre o tema. Por exemplo, os economistas consideram a demanda como sendo a relação da quantidade de qualquer produto ou serviço que as pessoas queiram e possam comprar por cada preço específico, em um conjunto de preços possíveis, durante um dado período de tempo. Os psicólogos, diferentemente, vêem a demanda do ponto de vista da motivação comportamental. Os geógrafos, por outro lado, definem a demanda turística como sendo ‘o número total de pessoas que viajam, ou ostariam de viajar, para utilizar instalações ou serviços turísticos em lugares afastados de seus locais de residência e trabalho’ (MATHIESON; WALL, 1982 *apud* COOPER, 2001, p. 56).

Para Fernandes (2011), a segmentação do mercado turístico é retratada de formas diversas, dependendo da visão dos autores que a abordam, levando em consideração primeira o fator da demanda, entretanto o mesmo autor observa que, antes que as demandas surjam, os turistas têm preferências, as quais, associadas a uma terminologia, determinam a segmentação.

O Ministério do Turismo (BRASIL, 2010, p. 57) defende que os produtos e roteiros turísticos em geral sejam estabelecidos conforme a oferta em relação à demanda onde a demanda turística “está vinculada a diversos fatores, alguns relativos às preferências e motivações dos visitantes e outros atrelados a aspectos relacionados ao macro-ambiente e ao mercado do qual o destino turístico faz parte”.

As segmentações por demanda são definidas a partir de características geográficas, demográficas e socioeconômicas, psicográficas, padrões de comportamento, padrões de consumo e predisposição do consumidor. Nas segmentações por oferta⁵, pode-se dividir o turismo de acordo com as atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé), aspectos e características (geográficas, históricas, arquitetônicas, urbanistas e sociais) e determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer). As segmentações que terão mais destaque nesta pesquisa, tendo em vista o objeto de estudo, são as relacionadas ao ecoturismo, turismo contemplativo, turismo de eventos e turismo religioso.

O turismo contemplativo é um segmento por oferta ligado intimamente ao ecoturismo, que tem como um de seus instrumentos a interpretação ambiental e a busca do uso dos recursos naturais, de forma harmoniosa e sustentável (MAMEDE; ALHO, 2004), sendo que o ecoturismo passa assim a ser denominado no Brasil, no final da década de oitenta, com o surgimento da consciência ambientalista (BRASIL, 2010). Dentre as atividades desenvolvidas, pode-se relacionar o cultivo de flores ornamentais como um desmembramento daquele turismo, visto que entre os elementos de contemplação tem-se a natureza, com suas paisagens, sons, cores, formas e os mais diversos grupos vegetais. Outro elemento preponderante para relacionar tal atividade é a busca pela sustentabilidade econômica e ambiental.

O turismo é a mercantilização do lazer carregado de vantagens e desvantagens, é uma atividade proporcionada a poucos, visto que é um produto caro, não traz os ganhos que são alardeados de desenvolvimento econômico e social a todas as camadas sociais e empresas, e, na maioria dos casos, em que uma região passa a ser explorada pela atividade turística, a população local não é

⁵ A segmentação com base na oferta define o tipo de turismo que será oferecido ao visitante. A definição desses tipos de turismo é realizada a partir da existência de certas características comuns em um território (BRASIL, 2010, p. 74).

questionada para participar do processo de desenvolvimento e conseqüentemente das ações que a beneficiariam, no entanto, se for feito com planejamento com a ampla participação dos residentes, empresas já existentes na região e governo, é possível alcançar os objetivos que tal atividade promete com um desenvolvimento sustentável (KRIPPENDORF, 2001; CORIOLANO, 2006).

Independente da classificação a que a atividade turística esteja relacionada, sabe-se que a dependência do turismo repousa altamente sobre o meio ambiente natural e ao mesmo tempo também é responsável por parte das intervenções neste, sejam elas boas ou más, daí a necessidade de se buscarem ações que promovam o desenvolvimento da sustentabilidade turística, como é o caso do turismo relacionado ao cultivo de flores, por esta razão, a seguir, trata-se especificamente da relação do turismo com a sustentabilidade.

3.1 O TURISMO SUSTENTÁVEL

O turismo sustentável, para a United Nations Environment Programme (UNEP) e a United Nations World Tourism Organization (UNWTO) de 2005, é aquele:

que tem plenamente em conta os atuais e futuros impactos econômicos, sociais e ambientais, respondendo às necessidades dos visitantes, da indústria, do ambiente e das comunidades de acolhimento. Não é uma forma especial de turismo; Em vez disso, todas as formas de turismo podem se esforçar para ser mais sustentável. (UNWTO, 2012, p. 1, tradução nossa).

Conforme relacionado, quando da elaboração do conceito de turismo sustentável pela UNWTO, não há uma única forma de turismo ou um destino específico que possa ser enquadrado como sustentável, até mesmo o turismo de massa pode ser assim denominado, desde que seja estabelecido dentro da dimensão de sustentabilidade.

Dentre as classificações do turismo, tem-se o alternativo, o qual, embora pareça ser a forma mais apropriadamente relacionada à sustentabilidade, algumas considerações devem ser feitas. “De fato, o turismo alternativo pode ser tão problemático, em termos de desenvolvimento, quanto o turismo de massa.” (WILLIAMS, 2003, p. 122, tradução nossa). Daí o autor apontar alguns problemas sérios relacionados ao turismo alternativo que o inviabilizam como sustentável: primeiro, o turismo alternativo insere-se mais profundamente na vida dos residentes

do que o turismo de massa, com capacidade aumentada de gerar uma gama de impactos ambientais, econômicos, sociais e culturais; segundo, a falta de experiência local nesse tipo de turismo pode significar que práticas inadequadas sejam implementadas e recursos locais superexplorados para ganho a curto prazo; terceiro, existe um risco evidente que o turismo alternativo simplesmente represente o estágio pioneiro na nova prática do turismo de massa.

Portanto, o turismo alternativo, embora possua algumas características que o aproximem um pouco mais da sustentabilidade, não deve ser considerado como a única forma ideal de prática turística dentro do planejamento do desenvolvimento do turismo sustentável, ainda há de se considerar que tal ação deve ser movida pelos princípios da sustentabilidade para que se tenha um crescimento futuro no turismo. Tais ações são mais perceptíveis em segmentações como o eco turismo⁶, o turismo rural⁷, o turismo de aventuras⁸ e o turismo contemplativo, dentre outras.

Assim como o desenvolvimento sustentável é fundamentado em pilares que o identificam como tal, também é possível delimitar a natureza da atividade turística a fim de relacioná-la à sustentabilidade. E embora muitos sejam os questionamentos que levam à identificação da viabilidade sustentável de uma atividade turística, é possível fazê-lo. De acordo com a UNESCO, os princípios que caracterizam o turismo sustentável são:

Melhorar o bem-estar das comunidades – o desenvolvimento do turismo sustentável apoia e garante o bem-estar econômico, social e cultural das comunidades onde se insere; Apoio à proteção do ambiente natural e cultural – o turismo sustentável permite o uso dos bens naturais e culturais na obtenção de lucro econômico enquanto garante que estes bens não sejam deteriorados ou destruídos. Além disso, espera-se que o turismo seja uma força motriz no estabelecimento ou reforço de proteção à natureza e a manutenção dos valores culturais; Reconhecimento da qualidade dos produtos e satisfação dos turistas – a qualidade dos produtos turísticos oferecidos por uma região é o fator chave para o sucesso econômico do turismo. O que não se caracteriza apenas pelo critério material como a qualidade no transporte, acomodações e alimentação, mas também pelos critérios não materiais como a hospitalidade ou a qualidade das

⁶ ECOTURISMO: é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações. (BRASIL, 2015, p. 09).

⁷ TURISMO RURAL: é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade. (BRASIL, 2015, p. 49)

⁸ TURISMO DE AVENTURA: compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo (BRASIL, 2015, p. 39). Quanto ao turismo contemplativo, já foi mencionado anteriormente (p. 29) a sua conceituação.

experiências; Aplicar gerenciamento e monitoramento adaptativos – assegurar que o turismo seja desenvolvido de forma ecológica, econômica e socialmente sustentáveis, onde administração e monitoramento adequados sejam estabelecidos, seguindo os princípios básicos de sustentabilidade no uso dos recursos (UNESCO, 2004, p. 9-10 tradução nossa).

Assim, verifica-se a existência de um turismo sustentável na medida em que há uma melhoria na qualidade de vida das comunidades em que se inserem, visto que não somente a economia cresce, mas há também um desenvolvimento social e cultural; a preocupação com o meio ambiente é partícipe, já que os bens naturais e culturais são preservados; detecta-se que a infraestrutura proporciona bem-estar físico e emocional dos visitantes e há um constante monitoramento que avalia e garante a sustentabilidade da atividade turística. Por esta razão, buscar o desenvolvimento de um turismo sustentável torna-se parte indispensável no planejamento de novas atividades turísticas.

Diante do exposto, chega-se ao que Sharpley (2010) atenta como dificuldade na concepção do que seja turismo sustentável, visto que falta consenso quanto ao significado e objetivos, sendo, portanto, objeto de amplo debate. Para o autor, inicialmente, tais definições podem ser locadas em duas categorias, naquelas que têm a sustentabilidade do turismo na economia e nas que consideram o turismo como um elemento de políticas mais amplas de desenvolvimento sustentável, tendo como princípio fundamental a política de que “os recursos naturais, sociais e culturais, dos quais o turismo depende, devem ser protegidos e melhorados” (SHARPLEY, 2010, p. 12, tradução nossa).

Compreendendo assim que o estudo do meio ambiente como entidade física, econômica e social é um sistema complexo onde todos estão inter-relacionados fazendo com que os efeitos finais da mudança se estendam para além da causa inicial. Williams (2003) aconselha que, ao se fazerem estudos dos impactos do turismo no meio ambiente, seja adotada uma abordagem interdisciplinar, ou seja, tal avaliação não se pode deter nos impactos ambientais isoladamente, sem que sejam relacionados os impactos sociais, econômicos e culturais.

Apesar de o crescimento da atividade turística ser uma meta traçada por muitos com o objetivo de crescimento econômico, geração de empregos ou entrada de divisas, deve-se lembrar que, com o ingresso de uma região no roteiro turístico, muitos são os impactos que tal atividade traz. Segundo Baptista (1990), tais efeitos

não se reduzem aos benefícios econômicos, a vida social e cultural das regiões visitadas está propícia à influência que cedo ou tarde provocará algum tipo de alteração no padrão e estilo de vida dessas comunidades.

Tais efeitos são visíveis na cidade de Holambra-SP, durante os festivais de flores em setembro, quando a cidade com uma população de um pouco mais de 11 mil habitantes recebe num único final de semana mais de 12 mil pessoas (HOLAMBRA, 2017). No caso de São Benedito-CE, verifica-se alteração na atividade agrícola com a implantação de empresas com uma cultura totalmente diferente daquela anteriormente explorada; haja vista que, antes da implantação dos sítios produtores de rosas, a população somente conhecia o cultivo de frutas e hortaliças como atividade agrícola propícia ao clima do município, trazendo também ao município visitação turística, embora incipiente, na atividade do cultivo de flores.

Estudiosos críticos concordam com a ideia de que o turismo não é uma atividade isenta de impactos à natureza, principalmente quando não há gerência e planejamento adequados. Toda atividade humana gera impactos e, ao analisar os impactos provocados pelo turismo, pode-se perceber tanto os benefícios quanto os malefícios provenientes da exploração de tal atividade. Cooper (2007) relaciona como impacto ambiental positivo do turismo: a preservação e a restauração de monumentos antigos, a criação de parques nacionais e parques com animais selvagens, a proteção de recifes e praias e a manutenção de florestas, e cita como impacto ambiental negativo: a alteração na qualidade da água, a poluição do ar e os níveis de poluição sonora, dentre outros.

Baptista (1990) entende que, assim como todas as atividades humanas, o turismo também tem interferência sobre o meio ambiente ecológico, sendo, por esta razão, visto como um vilão responsável pela degradação e poluição, mas que se for examinado por uma ótica mais aprofundada, será possível detectar efeitos positivos que sejam de suma importância para a existência humana. Entre os efeitos positivos, enaltece principalmente a tomada de consciência pelas populações e autoridades do valor do meio ambiente, porém, ao relacioná-lo aos efeitos negativos, o autor cita problemas como a urbanização, construções anárquicas pouco integradas, ruído, lixo, abandono da agricultura e da criação de gado, degradação do solo e propagação de incêndios florestais. Tais efeitos ocorrem principalmente quando não há gerência e planejamento adequados.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), em seu artigo 1º da Resolução 001, de 23 de Janeiro de 1986, “considera impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas” (BRASIL, 1986, p.1), ou seja, os impactos ambientais são causados independentemente da intenção ou não do homem, basta ele existir para que tais processos aconteçam.

Toda atividade econômica gera impactos negativos no meio ambiente, trabalhar para que estes impactos sejam menos nocivos e que os ganhos advindos possam ser mais significantes é o ideal imaginado. “O desafio ao desenvolvimento de um turismo sustentável é fazer uso dos impactos positivos, melhorando e canalizando os benefícios para as direções corretas, e para evitar ou minimizar os impactos negativos tanto quanto possível.” (UNESCO, 2004, p. 8, tradução nossa). Daí a necessidade de trabalhar um turismo com características cujos impactos positivos no meio ambiente sejam superiores aos impactos negativos, visto que

O desenvolvimento do turismo sustentável vai ao encontro das necessidades atuais dos turistas e das regiões anfitriãs e, ao mesmo tempo, garante oportunidades para o futuro. É a gestão de todos os recursos de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas mantendo-se, ao mesmo tempo, a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de apoio à vida. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO *apud* COOPER, 2007, p. 271).

Acredita-se, porém, que os impactos negativos podem ser minimizados à medida que se implementam leis de proteção e estímulo ao setor privado da importância do meio ambiente como recurso. No Brasil, a legislação ambiental é considerada uma das mais completas, embora muitas vezes não seja cumprida ou seja mal fiscalizada, tendo também, por parte do governo federal, um Plano Nacional de Turismo (PNT), associado a entidades do setor privado e terceiro setor, com orientações e estratégias que estimulem a atividade turística desenvolvida de forma sustentável. As diretrizes estabelecidas no PNT são: geração de oportunidades de emprego e empreendedorismo, participação e diálogo com a sociedade, incentivo à inovação e ao conhecimento e a regionalização. (BRASIL, 2013)

Cooper (2007) sugere que é possível promover um turismo sustentável com a combinação de três abordagens: colocação de limites no crescimento futuro do turismo em cada destino, mudança de comportamento dos interessados no

segmento turístico para tornar os produtos disponíveis mais sustentáveis e reposição dos produtos correntes (insustentáveis) de turismo com novos produtos que sejam sustentáveis.

Williams (2003) lembra que várias são as técnicas aplicadas às áreas onde o desenvolvimento sustentável é considerado, as quais têm foco no zoneamento da área, entendida como a estratégia de gerenciamento que visa integrar o turismo, definindo lugares que têm diferentes aptidões ou capacidade para o turismo, concentração ou dispersão de turistas por área, sendo a estratégia de concentrar turistas em determinados locais, também conhecidos como *honeypots*, desviando os turistas de locais sob pressão ou mais frágeis e restrição de entrada ou estabelecimento de preço.

Muitos são os estudiosos que argumentam a viabilidade da sustentabilidade pelo turismo, viabilidade esta que somente pode ocorrer com planejamento, participação, compreensão dos impactos, distribuição justa dos benefícios e geração de empregos; “quando há consciência de cidadania, ética, sustentabilidade e qualidade de vida, os projetos turísticos são realizados de maneira estratégica e articulada com toda a comunidade.” (TRIGO, 2004, p. 102)

Desta forma, percebe-se a necessidade de planejamento e participação ativa da comunidade nas tomadas de decisões relativas às ações desenvolvidas para a sustentabilidade das atividades turísticas numa região. Ação defendida no relatório da *United Nations World Tourism Organization* (UNWTO, 2012) como sendo o primeiro passo para a obtenção de um turismo verde.

Cooper (2007, p. 290) entende que o estabelecimento da sustentabilidade envolve um processo de responsabilidade no uso inteligente dos recursos, a qual recai sobre todos os interessados, desde os governos e planejadores, ao setor que presta os serviços, até os turistas e moradores locais. Porém percebe a dificuldade existente, uma vez que “a participação dos residentes locais é tão difícil de alcançar na prática como a tentativa de fazer com que o setor se comporte de um modo mais compreensivo ambiental e socialmente.”

Esta não é uma tarefa isolada ou de responsabilidade de um único segmento, todos devem trabalhar e colaborar para que tais princípios sejam aplicados, governo, sociedade civil, empresas, comunidade e turistas. Sharpley (2010) entende que o maior desafio para se chegar ao desenvolvimento de um turismo sustentável está na adoção de um paradigma social relevante para uma vida

sustentável, embora haja, em parte da literatura referente ao turismo sustentável, a alegação de que os turistas têm se tornado cada vez mais ambientalmente conscientes e estão buscando formas sustentáveis de turismo, pesquisas revelam não só uma ambivalência significativa entre os consumidores em relação a diferentes questões ambientais, mas que a preocupação ambiental declarada raramente é traduzida em comportamento de consumo consistentemente “verde”.

Os limites da mudança aceitável (LAC)⁹, desenvolvido nos Estados Unidos e citado por Williams (2003), reconhece que a mudança é consequência inevitável do desenvolvimento, mas afirma que, por meio do planejamento racional, do reconhecimento das considerações de qualidade ambiental e da ampla consulta pública, podem ser desenvolvidas formas sustentáveis de desenvolvimento.

Embora muitos sejam os problemas apresentados relativos à dificuldade para tornar a atividade turística uma ação sustentável, não há a intenção de desmerecer o papel e a importância do turismo como meio de crescimento econômico para muitas comunidades, nem há de deixar de acreditar que os princípios da sustentabilidade não possam ser aplicados ao turismo, pelo contrário, o turismo é capaz de produzir uma maior consciência ambiental, social e cultural do que qualquer outra atividade economicamente desenvolvida, não somente em âmbito local ou regional, como também em âmbito global.

O desenvolvimento do turismo sustentável vai ao encontro das necessidades dos turistas presentes e das áreas turísticas e, ao mesmo tempo, protege e enaltece o turismo para o futuro. Ele é visto como um guia para a gestão de todos os recursos de um modo que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas e, concomitantemente, protegidos os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de amparo à vida (OMT, 2001, *apud* COOPER, 2007, p. 288).

A visão da sustentabilidade no turismo é primordial para Cooper (2001) que aposta em um futuro onde a vantagem competitiva das destinações não será baseada somente em suas atrações intrínsecas, mas também no gerenciamento desses locais e na sua capacidade de acomodar um novo turismo, em termos de recursos humanos, tecnologia e adoção de princípios sustentáveis. “A destinação do futuro será influenciada por uma série de fatores, mas a tecnologia e a demanda do novo turismo serão dominantes.”(COOPER, 2001, p. 151)

⁹ Sigla inglesa para Limits of Acceptable Change, que é uma forma de avaliar a capacidade de carga.

No Ceará, pode-se verificar que, ainda de forma incipiente, busca-se um novo modelo de turismo associado à sustentabilidade ao verificar a necessidade de expansão e desenvolvimento de um turismo que não esteja focado somente em uma região, com a promoção na diversidade de atividades e o estabelecimento de outras áreas que vão além do turismo sol e mar, o que é defendido como “a melhor forma de garantir a sustentabilidade da atividade turística no Estado do Ceará”. (CEARÁ, 2012, p. 54). Daí o ingresso de lugares e atividades antes não relacionados à atividade turística, fazendo despertar não somente o interesse puramente comercial, mas também a oportunidade de desenvolvimento social, pois “entende-se que o turismo pode ajudar no desenvolvimento das localidades pobres e que, ao mesmo tempo, possuem recursos naturais abundantes”(CEARÁ, 2014, p. 18), como é o caso da Serra da Ibiapaba com a natureza exuberante.

Com isso chega-se ao objeto deste estudo e a relação quanto à sustentabilidade, ou seja, a produção de flores, que embora, a princípio, tem como objetivo se tratar de um segmento ambientalmente insustentável, por promover a desarborização numa grande área para o cultivo e precisar utilizar volume demasiado de água, destaca-se como um agronegócio¹⁰ considerado sustentável, visto que utiliza espaço geográfico cultivável menor que as demais culturas, elevada geração de emprego por área cultivada e representar, dentro do seu círculo, uma alternativa econômica de maior expressão (CAIADO, 2007).

A floricultura pode exercer efeito direto sobre o turismo como elemento principal, sendo classificada por alguns estudiosos como um dos segmentos da atividade turística relacionada à observação e contemplação, além de ser relacionada a outros segmentos como os setores do turismo de negócios, turismo de eventos, turismo de lazer, turismo rural, ecoturismo e agroturismo, como é o caso de Holambra/SP que, a princípio, tinha no cultivo de flores uma atividade fim e passou a ser um meio para outras atividades, como a turística, a exemplo dos leilões e da EXPOFLORA. Pode-se afirmar ter a atividade repercussão no cenário turístico internacional em Keukenhof, na Holanda, no Nong Nooch, na Tailândia, no El Roseral, na Argentina, no Kew Gardens, em Londres, no Miracle Garden, em Dubai e no Koishkawa Korakuen, no Japão, com suas cerejeiras coloridas, entre outros.

¹⁰ O agronegócio é a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e comercialização dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles. E envolve desde a pesquisa científica até a comercialização de alimentos, fibras e energia. (AGRONEGÓCIO, 2017).

Apesar dos exemplos citados, raros são os destinos cuja atividade motriz esteja relacionada ao turismo de flores; mesmo quando esta atividade é desenvolvida¹¹, esta não é a atração que motiva a busca dos maiores destinos dos países. Dentre todas as atividades desenvolvidas pelo turismo, e em comparação à exploração ocorrida junto a cadeia produtiva do turismo ligada ao sol e praia, principal atrativo do Ceará, há outras possibilidades já em andamento como o turismo ligado à floricultura, porém em escala ínfima, quando equiparado a outras áreas. No entanto, tal atividade pode ser ampliada usando-se para isso o exemplo dos parques anteriormente mencionados, visto que, diferentemente daqueles, o clima da Serra é propício a esta atividade o ano todo. Como se tem estudado, faltam investimentos, programas que promovam esses segmentos e impulsionem o desenvolvimento no Estado do Ceará.

É possível perceber esta realidade ao se examinar o quantitativo de visitantes que ingressaram no Estado do Ceará em busca de atividades ligadas ao litoral. Conforme números fornecidos no site do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), verifica-se que, entre os anos de 2012 a 2014, uma média de três milhões de turistas adentrou, anualmente, no estado. E dentre estes, 82% destinam-se a Fortaleza e aos polos litorâneos. (CEARÁ, 2015)

E embora esta seja uma atividade que tenha o potencial de promover a região com roteiro turístico de eventos, bem como ao turismo de contemplação, não ocorre sem que haja a participação efetiva do poder público associado ao setor privado. Daí a necessidade de desenvolver projetos de curto e longo prazo que tenham como prioridade o turismo sustentável. Por esta razão, tem-se, no tópico seguinte, um breve debate sobre as políticas públicas de turismo relacionadas ao estado e em especial à Serra da Ibiapaba.

3.2 AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL VIA TURISMO NO ESTADO DO CEARÁ

“O Estado é admitido como instituição superior e soberana que normatiza o funcionamento das atividades humanas dentro do desenvolvimento das estruturas políticas e econômicas da sociedade” (CARDOSO, 2007, p. 33). Com isso, Cardoso

¹¹ Como é o caso dos parques, a exemplo do Parque Botânico do Rio de Janeiro e Curitiba, e o Jardim de Versailles na França.

resume o pensamento a respeito do papel do Estado na elaboração de normas e programas e, desta forma, procurar-se-á compreender o trabalho realizado pelo governo do Estado do Ceará no fomento da região da Serra da Ibiapaba no cenário nacional do turismo; para tanto, analisa-se o que seja política pública, quais as políticas públicas ligadas ao turismo e principalmente aquelas relacionadas diretamente com as atividades do cultivo de flores com a promoção turística local, no município de São Benedito.

Segundo Souza (2006, p. 25), não existe uma definição única, nem melhor, do que seja política pública, no entanto ao se adentrar no campo do que seja política pública, tem-se o olhar guiado “para o *locus* onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, isto é, os governos.” Por esta razão, procura-se relacionar o significado de políticas públicas com a responsabilidade que o Estado possui como promotor destas.

Lembrando que tais ações não são exclusivas do poder público, outros segmentos, como as empresas privadas, sindicatos e comunidades, devem participar da elaboração, acompanhamento e fiscalização de políticas estabelecidas para o bem comum. Desta forma, evita-se a construção de programas estabelecidos de ‘cima para baixo’ sem envolvimento social.

As políticas públicas são respostas do Estado às demandas da sociedade, sendo estas concebidas e expressas no seu próprio interior, traduzindo-se em uma espécie de compromisso público de atuação, numa determinada área, em longo prazo (CUNHA; CUNHA, 2000 *apud* ARAÚJO; TASCHNER, 2012, p.72).

O Estado como promotor de políticas públicas de desenvolvimento precisa partir da premissa que, para ser efetivo na realização de políticas que atendem necessariamente à sociedade, trazendo-lhe o bem-estar esperado, deve planejar as ações. “Seria bastante positivo que planos e projetos de um governo tivessem continuidade, até mesmo aperfeiçoamentos, nas mãos do sucessor” (FERNANDES, 2011, p. 9). Historicamente, o que se vê é uma falta de continuidade das ações promovidas por um governo em detrimento de outro, pois embora avanços tenham ocorrido, muito ainda há que se fazer para que os projetos iniciados numa gestão não sejam abandonados em outra por questões partidárias. O valor de enriquecimento regional é mais importante do que a autoria e aplicação de projetos.

É papel das políticas públicas garantir princípios e valores capazes de conter a tendência da própria indústria turística à dilapidação de indivíduos e comunidades, definindo éticas e controles sociais capazes de equilibrar a atividade turística com sua sustentabilidade natural e cultural (LEITÃO, 2008, p. 188).

Por isso, ao estabelecer programas que almejem o desenvolvimento turístico de uma região, o governo não deve se preocupar somente em desenvolver a infraestrutura necessária, mas também em qualificar pessoal que será absorvido pela atividade turística, assim como proporcionar uma continuidade que implicará na consolidação das políticas estabelecidas. Como afirma Souza (2006, p.26) “políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas”, os quais devem ser transformados em ação contínua, para que não se trate de apenas mais um ideal “engavetado”.

As políticas públicas do turismo no Brasil, no caminho histórico, sofrem com a importância ou atenção que os governantes de cada período dá a atividade do turismo, ora existindo apenas na linha fiscalizatória, ora atuando na elaboração de planos e programas. Os primeiros registros encontrados de decretos ou leis que abordem um aspecto da cadeia produtiva do turismo remontam à década de trinta, primeiramente com o estabelecimento da Comissão Permanente de Exposições e Feiras (BENI *apud* ARAUJO, 2012, p. 76) e a criação da Divisão do Turismo que era ligada ao Departamento de Imprensa e Propaganda.

Posteriormente, entre os anos de 1958 a 1966, dois outros organismos tiveram vigência, a Comissão Brasileira de Turismo e a Divisão de Turismo e Certames, ambas coordenadas pela Política Nacional de Turismo (PNT), a qual promoveu a criação da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e o Conselho Nacional de Turismo (CNtur). Outro marco para o turismo nacional acontece na década de noventa com o lançamento do Plano Nacional de Turismo (Plantur), “cujos fundamentos principais eram a diversificação e a distribuição geográfica da infraestrutura concentrada no Sul e Sudeste, com a finalidade de estimular o desenvolvimento regional” (ARAUJO, 2012, p. 81). Em 2003, foi criado o Ministério do Turismo, dada a importância do crescimento do turismo para o cenário econômico nacional.

Daí a necessidade de o Estado promover políticas públicas que atendam à implantação do turismo, visto que é do Estado a responsabilidade de promover o

bem-estar social e para tanto cuidar da infraestrutura e outros aspectos necessários ao desenvolvimento social da população residente, assim sendo, provê também o necessário para o estabelecimento de uma região potencialmente turística, sem, no entanto, perder de vista as características próprias de cada região e da população residente.

Dentre alguns projetos ligados às políticas públicas de turismo estabelecidos no Brasil, nos últimos anos, e que tenham importância para o Nordeste, tem-se o Programa de Desenvolvimento para o Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE). O PRODETUR-NE surgiu com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social da região Nordeste através do turismo, garantido à região a infraestrutura básica e os serviços públicos necessários à expansão de tal atividade (CEARÁ, 2012).

É fato que, a partir da implantação deste projeto e de outros que posteriormente vigoraram, o Nordeste passa a ser visto não apenas como a região castigada pelas intermináveis secas, de sol inclemente, terra rachada e povo sofrido. O clima passa a ser um atrativo favorável ao turismo de praia e sol, novas infraestruturas foram desenvolvidas e ocorreu um aumento na geração de renda e empregos. No entanto, muitos questionamentos e reflexões ainda carecem de respostas quanto aos benefícios citados no sentido de saber qual parcela da população realmente obteve ganhos na infraestrutura, emprego e renda. Quais os setores da economia que tiveram crescimento real? Qual o preço pago pela população dos locais e natureza onde se alocam fluxos turísticos?

Verifica-se que, no estabelecimento do PRODETUR/NE I, alguns dos municípios contemplados com financiamento e ajuda especializada para o desenvolvimento de atividades turísticas e melhorias estruturais, que os viabilizassem, tiveram seu ecossistema fortemente alterado. Na ocasião, os municípios atendidos pelo programa eram Caucaia, Fortaleza, Itapipoca, Paraipaba, Paracuru, São Gonçalo do Amarante e Trairi.

É preocupante que muitos dos pólos turísticos projetados coincidam com áreas de ecossistemas frágeis, como sistemas dunares, lagamares, manguezais que, ao sofrerem intervenção humana, logo são alterados irreversivelmente (RODRIGUES, 1996, p.159).

E embora parte das diretrizes do programa estabelecesse uma preocupação com a preservação e valorização do meio ambiente, dos recursos naturais, culturais e históricos, faz-se menção a Rodrigues, como lembrança, a

ineficácia do discurso, onde há o estabelecimento de leis que não são cumpridas. Por outro lado, verificam-se alguns benefícios como a melhoria de rodovias e modernização e ampliação dos aeroportos, conforme citado por Coriolano (2006, p. 103):

Vários programas implantaram e melhoraram as rodovias, ampliaram e modernizaram aeroportos nas capitais nordestinas, além de promoverem a recuperação dos centros históricos e de várias áreas ambientalmente degradadas, aquelas que interessam aos investimentos.

O PRODETUR/NE II surgiu da necessidade de melhorar a qualidade de vida da população atendida pelo PRODETUR/NE I e com isso a ampliação para outros municípios, tendo como um dos objetivos específicos diversificar a atividade turística no Estado do Ceará, por meio da criação de novos produtos baseados em recursos naturais e culturais com potencial turístico (CEARÁ, 2012). Daí a inclusão da Serra da Ibiapaba por ser uma região propícia ao desenvolvimento da atividade turística e apresentar atrativos peculiares que podem fazer a integração do turismo de litoral ao serrano.

O Polo da Ibiapaba, situado em área de clima e temperatura agradáveis, destaca-se no cenário estadual pela singularidade de suas belezas naturais – fauna e flora –, patrimônio edificado e, principalmente, pela proximidade da região litorânea dos municípios Camocim e Jijoca de Jericoacoara – uma das mais belas do Estado do Ceará (cenário do PRODETUR NE II), o que faz da Ibiapaba uma das áreas propícias para o desenvolvimento de uma atividade turística peculiar em termos nacionais e internacionais – o turismo litoral-serra (CEARÁ, 2012, p. 11).

Quando estabelecido tal programa, entre os princípios norteadores, encontrava-se a definição da necessidade de estabelecer um turismo sustentável com foco na geração de emprego e renda, na inclusão social e na melhoria de vida do cearense, levando em consideração a busca por uma diversificação de atividades turísticas com base em recursos naturais e culturais (CEARÁ, 2012).

Dentre os programas estabelecidos pelo governo do Estado do Ceará que viabilizassem a implantação do PRODETUR/NE II, encontram-se o Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável (PDITS) e o Planejamento Participativo e Regionalizado (PPR), como parte do Plano Plurianual (PPA) elaborado pelo governo federal.

Os PDITS são instrumentos de planejamento do turismo que têm como objetivo principal orientar o crescimento do setor em bases sustentáveis, em curto, médio e longo prazos, estabelecendo as bases para a definição de ações, as prioridades, e a tomada de decisão. Deve, portanto, constituir o instrumento técnico de gestão, coordenação e condução das decisões da política turística de apoio ao setor privado, de modo a dirigir seus investimentos e melhorar a capacidade empresarial e o acesso ao mercado turístico (CEARÁ, 2014, p. 14).

Entre os objetivos do PDITS relativos ao Polo Ibiapaba encontra-se o propósito de fortalecer o ecoturismo, potencializar o turismo de negócios e eventos, identificar e potencializar novos núcleos atrativos, subsidiar estratégias de comercialização dos núcleos consolidados, promover o dinamismo econômico local, apontar a importância da manutenção de estradas em bom estado, fornecer um diagnóstico sobre infraestrutura e serviços básicos, incentivar a qualificação da mão de obra local e estimular a promoção da educação ambiental da população e dos turistas “evitando o comprometimento da capacidade de recepção de turistas e o prejuízo à qualidade da experiência da visita” (CEARÁ, 2014, p. 36).

No ano de 2011, foi realizado um estudo pelo Instituto de Pesquisas, Estudos e Capacitação em Turismo (IPETURIS), com o objetivo de esquadrihar as regiões do estado referentes ao PRODETUR Nacional, relacionando a oferta turística dos municípios elencados naquele programa e, dentre as regiões pesquisadas, encontra-se o Polo Chapada da Ibiapaba.

A base do turismo na região é o ecoturismo, devido à concentração de atrativos naturais como cachoeiras, trilhas, balneários, formações rochosas, o que se deve, em parte, à existência de diversas unidades de conservação nessa zona. No entanto, alguns municípios da Chapada da Ibiapaba também possuem elementos históricos e culturais – igrejas, engenhos e casarões antigos – que já atraem um fluxo de visitantes ou que poderiam ser estruturados para tanto, servindo majoritariamente como oferta complementar (IPETURIS, 2011, p.3).

Tal estudo confirmou a existência do ecoturismo na região e a potencialidade de um desenvolvimento abrangendo outras áreas, mas também detectou vários problemas referentes à infraestrutura da região; dentre os problemas relacionados na ocasião, alguns continuam em vigor, como a falta de capacitação dos proprietários e funcionários de hotéis e pousadas, a falta de sinalização para se chegar aos pontos turísticos e a restrição a serviços de comunicação móvel, no entanto a estrutura das estradas de acesso, como a BR222 e a CE187, teve uma melhoria considerável.

Dentre os programas estabelecidos para a Serra da Ibiapaba que têm como objetivo o desenvolvimento do turismo sustentável, encontra-se o Planejamento Participativo e Regionalizado (PPR) 2010-2015, onde são definidas várias diretrizes ligadas à atividade turística na região, dentre elas, a meta de promover gestão participativa com controle social, para garantir o desenvolvimento do turismo sustentável, e uma preocupação com a criação de políticas públicas para a sustentabilidade climática, metas estas em consonância com o estabelecido pela Organização Mundial do Turismo (OMT), quando diz que “a melhor maneira de alcançar o turismo sustentável é através de um planejamento, desenvolvimento e gerenciamento cautelosos do setor turístico” (OMT *apud* FERNANDES, 2011, p. 155).

Não há como se falar em desenvolvimento de políticas públicas de turismo sem se remeter ao planejamento e à importância que ele tem para que os objetivos e metas estabelecidos sejam alcançados. É por isso que Fernandes (2011, p. 162) qualifica a atividade de planejamento como essencial para o incremento do turismo:

Planeja-se em termos pessoais, empresariais ou governamentais, a curto, médio e longo prazo. Planeja-se em termos geográficos, econômicos ou administrativos. Sem um planejamento apropriado, o turismo pode causar danos irreparáveis ao meio ambiente. Bem planejado, o turismo acarreta benefícios para a sociedade, principalmente no tocante a preservação ambiental.

A Serra da Ibiapaba com toda a exuberância relacionada ao clima, vegetação e relevo, assim como a busca de novos núcleos atrativos na promoção do turismo do estado, conforme exemplificado nos programas oficiais, deveria ser *locus* de um programa arrojado de turismo com aval do estado para desenvolvê-la. Esta dissertação investiga a Chapada e procura identificar o cultivo de flores como um exponencial na atividade turística sustentável, daí a importância de conhecer a região da Serra da Ibiapaba, as cidades e os atrativos turísticos que já são desenvolvidos, assim como aqueles que são apenas potenciais.

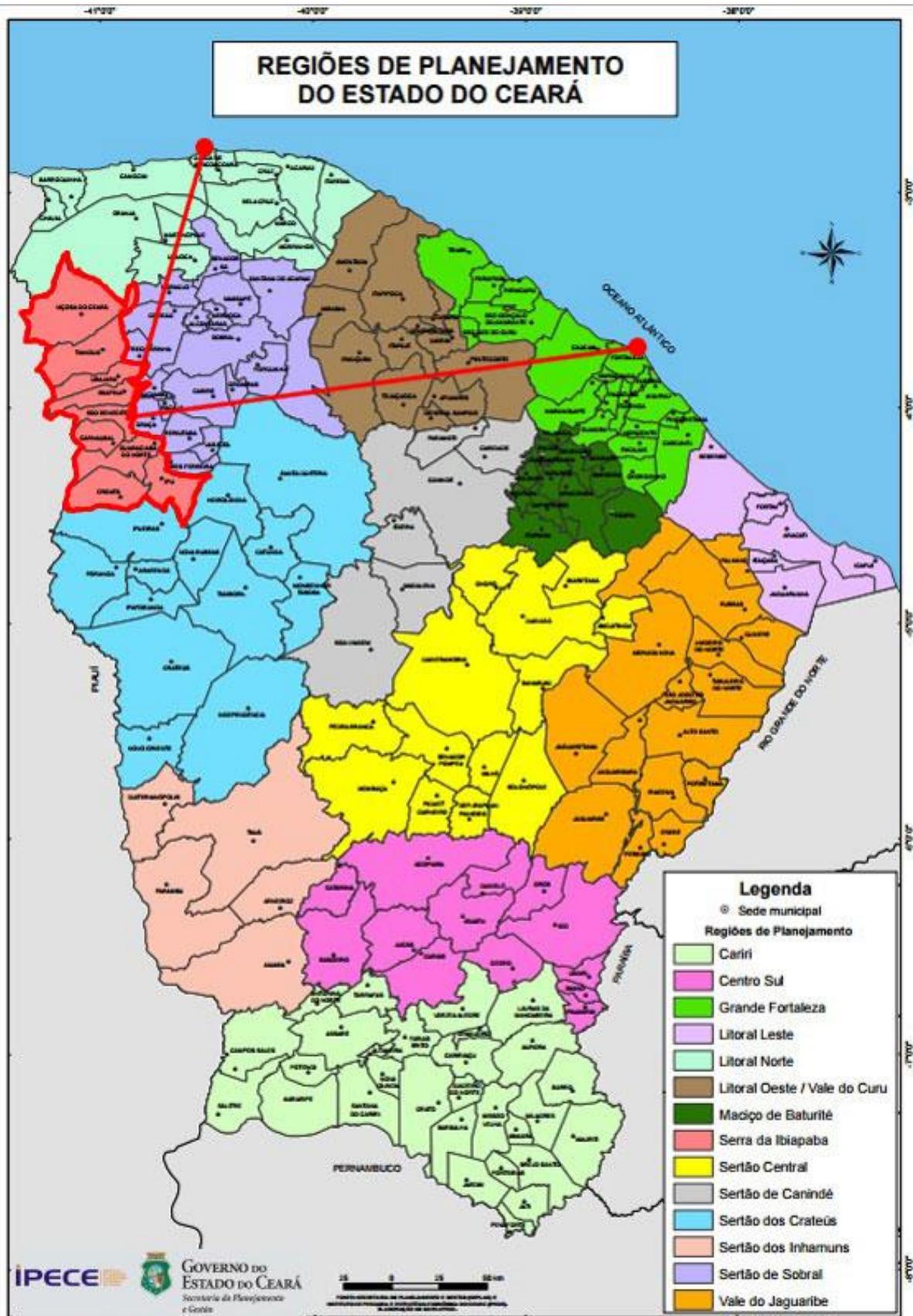
4 A SERRA DA IBIAPABA E O TURISMO REGIONAL

A Serra da Ibiapaba, conhecida como Serra Grande, Chapada da Ibiapaba e Cuesta da Ibiapaba, está localizada a 350 quilômetros de Fortaleza com acesso principal através da BR222. É uma região diferenciada do sertão e litoral, fica na divisa dos estados do Ceará e Piauí e possui altura máxima de 940 metros de altitude, com comprimento de 200 quilômetros de norte a sul e 50 quilômetros de leste a oeste (CEARÁ, 2014). Devido à altitude, o clima é ameno se comparado com o clima das cidades sertanejas do Ceará.

Segundo dados encontrados no Plano Plurianual do Ceará (PPA) 2017, numa divisão classificatória de quatorze regiões no estado, a Serra da Ibiapaba encontra-se em oitavo lugar no ranking de analfabetismo e PIB *per capita*, em sétimo lugar, em relação ao percentual de domicílios que possuem rede geral de água, décimo segundo, no quesito de casas com acesso à rede de esgotos e coleta de lixo e, em décimo primeiro lugar, com renda mensal de até meio salário mínimo (CEARA, 2015). Diante de tal cenário, verifica-se a necessidade de o estado investir na região com mais infraestrutura e desenvolvimento para garantir a qualidade de vida dos residentes e também beneficiar os visitantes com serviços ligados ao turismo de melhor qualidade, fatores estes preponderantes na aplicação das políticas públicas estabelecidas para o desenvolvimento e afirmação da região da Ibiapaba em um roteiro turístico de vários segmentos e dentro dos parâmetros da sustentabilidade.

A Figura 1 apresenta as regiões de planejamento regional do estado, com destaque feito pela autora da localização da Serra da Ibiapaba, marcando a distância da Capital Fortaleza e a proximidade com o litoral oeste, onde se encontra Jericoacoara, ambas apontadas em vermelho na Figura.

Figura 1 – Regiões de Planejamento do Ceará



Fonte: <<http://tvj1.com.br/regional/fotos/2362.html>> (2015).

Devido à proximidade com Jericoacoara, uma das praias cearenses mais divulgadas, em âmbito nacional e internacional, assim como com o Delta do Parnaíba, no Piauí. Outro atrativo bastante conhecido na Serra da Ibiapaba é a potencialidade de desenvolver-se turisticamente não somente numa abrangência regional, mas até mesmo internacional, com programas que além de potencializarem a região, trabalhem também com a preocupação na sustentabilidade, visto que este é o turismo defendido na dissertação.

A região da Ibiapaba apresenta expressividade regional e condições ideais para o desenvolvimento de atividade turística local, pois apesar de apenas metade de seus municípios terem a capacidade de exploração turística, os recursos e atrativos dessas cidades são capazes de gerar fluxos, com interesse setorizado no mercado do turismo rural, esportes, paleontologia, arqueologia, religioso, montanhismo e ecoturismo (CEARÁ, 2014, p. 24).

Entre os índices de competitividade do turismo nacional, os aspectos ambientais e culturais, especificados na citação, possuem uma relevância de 67,2 e 57,5 pontos, respectivamente, numa escala elaborada a partir de treze dimensões¹² subdivididas em 62 categorias “a fim de que o diagnóstico retrate com melhor precisão a situação da competitividade no destino” (BRASIL, 2013, p. 40), elevando assim a capacidade de desenvolvimento turístico da Serra da Ibiapaba. Outro fator determinante para que a Serra da Ibiapaba seja considerada uma das regiões mais propícias para o desenvolvimento de atividades turísticas em ambiente serrano é o turismo ecológico, que está entre os segmentos mais procurados, devido a sua preocupação com o meio ambiente. (CEARÁ, 2014)

A formação da Serra da Ibiapaba, conforme visto na Figura 2, torna-a própria à prática de esportes como asa-delta, *rafting* e rapel, possuindo também grande potencial turístico relacionado ao ecoturismo, visto que existem na região muitas trilhas, cachoeiras e bicas. Os principais núcleos de desenvolvimento econômico local são as cidades de São Benedito, Ubajara, Tianguá, Guaraciaba do Norte e Viçosa do Ceará. (CEARÁ, 2014).

¹² As treze dimensões são: (1) infraestrutura geral; (2) serviços e equipamentos turísticos; (3) acesso; (4) atrativos turísticos; (5) marketing e promoção do destino; (6) políticas públicas; (7) cooperação regional; (8) monitoramento; (9) economia local; (10) capacidade empresarial; (11) aspectos sociais; (12) aspectos ambientais; e (13) aspectos culturais. (BRASIL, 2013).

Figura 2 – A Formação da Serra da Ibiapaba



Fonte: <<http://roteiroceara.uol.com.br/roteiro/serras/chapada-da-ibiapaba-2/>>.

Em estudo realizado sobre a viabilidade do desenvolvimento da Serra da Ibiapaba, quando da elaboração da Análise da Oferta Turística do Polo Chapada da Ibiapaba, levou-se em consideração a distância entre Fortaleza, o principal portão de entrada de turistas no estado, como empecilho crucial para que tal objetivo se concretizasse (IPETURIS, 2011). Entretanto, ao olhar para outras localidades, como a própria praia de Jericoacoara, distante de Fortaleza mais de 300 quilômetros, verifica-se que este não deve ser fator imperativo de desmotivação para aqueles que buscam conhecer novas atrações turísticas.

A relevância para que o estabelecimento da Serra da Ibiapaba esteja inserido num roteiro turístico com ampla divulgação é encontrada tanto no estabelecimento das estratégias no Planejamento Participativo e regionalizado do PPA 2012-2015, como referente ao período de 2016-2019, onde podem ser encontradas definições de estratégias ligadas ao turismo como a promoção da qualificação de mão de obra para o turismo sustentável ou ainda a integração e divulgação do circuito turístico da Ibiapaba na promoção e atração de investidores para o setor turístico da Ibiapaba. (CEARA, 2015).

E embora as estratégias que buscam tal desenvolvimento estejam estabelecidas, verifica-se que tal planejamento ainda se encontra em fase preliminar em alguns aspectos, basta olhar para as práticas que estão em execução e as que ainda se encontram apenas delineadas no PPA. Uma das ações estabelecidas no PPA, cujo objetivo é fomentar o turismo litoral serra, foi recentemente executada com a inauguração do Aeroporto de Jericoacoara, na cidade de Cruz. Tal equipamento é visto como o grande responsável pela promoção do aumento de turista no litoral oeste e região da Ibiapaba. “Essa nova etapa tem uma importância fundamental para

o turismo do Litoral Oeste, alavancando a economia local, não apenas de Jericoacoara, mas de outras praias e destinos da região” (CEARÁ, 2017).

Porém o que se verifica é que falta programa de marketing eficiente que busque “uma compreensão mais integral daquilo que influencia o comportamento de consumo do turista” (COOPER, 2001, p. 79), bem como a omissão de investimentos advindos de capital público e privado, ou mesmo através de parcerias com empresas nacionais ou estrangeiras que possuam visão estratégica do potencial de desenvolvimento encontrado na Serra da Ibiapaba, assim como ocorreu quando da divulgação do clima da serra para a produção de flores e posterior instalação das empresas que lá estão até o presente.

A fim de se compreender a potencialidade encontrada na Serra, analisem-se as principais cidades que compõem a Chapada com os atrativos turísticos e desafios encontrados na manutenção de tais atrativos.

4.1 IBIAPABA E AS ATIVIDADES TURÍSTICAS

Na Serra da Ibiapaba, estão as cidades: Tianguá, Ubajara, São Benedito, Ibiapina, Croatá, Guaraciaba do Norte, Viçosa, Carnaubal e Ipu¹³. “Os municípios pertencentes ao polo Ibiapaba têm no comércio a base de suas economias, sobretudo, no artesanato, flores e na fruticultura” (CEARÁ, 2014, p. 22).

Dentre as cidades que compõem a serra, as duas mais altas são as cidades de São Benedito e Guaraciaba do Norte, que, devido à altitude, possuem temperaturas mais baixas que as demais. A proximidade da Serra da Ibiapaba com a região de praia de Jijoca de Jericoacoara torna esta vertente da serra mais verde por receber os ventos úmidos que vêm do litoral, tornando o clima ameno, com variedades naturais de fauna e flora. Por esta razão, as cidades que a compõem têm maior potencialidade no desenvolvimento de atividades turísticas ligadas ao relevo, clima e esportes ligados à natureza.

O clima agradável e as temperaturas baixas, em relação as temperaturas medias do estado do Ceara, também se constituem em diferenciais desse polo, motivando uma parcela significativa das viagens, em especial para os municípios de Viçosa do Ceara, Ubajara, São Benedito e Ibiapina (IPETURIS, 2011, p.3).

¹³ O município de Ipu fará parte desta pesquisa, embora em termos regionais ele não faça parte da serra, tendo em vista estar relacionado ao PDITS como parte do polo que a abrange.

Além do clima da serra que difere da maior parte do clima do estado, outro fator preponderante para as atividades turísticas ligadas à natureza é a ocorrência de ventos, o que impulsiona a prática de voos livres principalmente nos municípios de Tianguá e Viçosa do Ceará.

Figura 3 – As Cidades da Serra da Ibiapaba



Fonte: <http://conteudo.ceara.gov.br/content/aplicacao/SDLR/escr_regionais/gerados/ibiapaba.asp>.

A Figura 3 destaca o município de São Benedito, identificando as cidades que compõem a Serra da Ibiapaba e a proximidade entre elas (a média de distância de uma cidade para outra é de trinta quilômetros). A proximidade entre as cidades da região possibilita a mobilidade com facilidade, tornando esse fator um item de destaque para o desenvolvimento do turismo regional. Os atrativos turísticos acabam por ser facilitadores do processo de desenvolvimento não somente de um município, mas de toda a região. Por esta razão há que considerar a Chapada da Ibiapaba com todos os municípios como oferta e não ser tão crítica em relação ao quantitativo de ofertas hoteleiras em um município em detrimento daquele que é o objeto deste estudo.

Sabendo do potencial que a Serra da Ibiapaba possui, bem como a extensão das possibilidades de turismo na região e dos atrativos que têm maior visibilidade no atual contexto, elaborou-se o Quadro 1 com os atrativos turísticos. No

entanto, somente foram relacionados os atrativos que possuem ligação com o cultivo de flores, turismo de eventos e ao ecoturismo, visto que estas atividades possuem fator de destaque no desenvolvimento do turismo sustentável defendido.

Quadro 1 – Municípios e Atrativos Turísticos da Serra da Ibiapaba

MUNICÍPIO	PERFIL TURÍSTICO	PRINCIPAIS ATRATIVOS TURÍSTICOS
CARNAUBAL	Ecoturismo; Negócios e Eventos	- Fazenda Santana; - Alambiques; - Cachoeiras: do Espanhol e Parque das Águas.
GUARACIABA DO NORTE	Turismo de Aventura; Ecoturismo	- Mirante da Mata Fresca; - Cachoeiras dos Espanhóis, dos Morrinhos, Cruz das Almas, Santa Isabel Cidade das Pedras
IBIAPINA	Rural	- Gruta N. Sra. de Lourdes - Mirante da Ladeira
IPU	Ecoturismo	- Bica do Ipu;
SÃO BENEDITO	Negócios e Eventos; Rural	- Plantações de Flores
TIANGUÁ	Turismo de Aventura; Ecoturismo; Negócios e Eventos	- Reserva Ecológica Cachoeira da Floresta e do Sítio do Bosco
UBAJARA	Turismo de Aventura; Ecoturismo; Negócios e Eventos	- Gruta de Ubajara; - Parque Nacional de Ubajara; - Cachoeiras do Boi Morto, do Frade, do Cafundó; - Horto florestal
VIÇOSA DO CEARÁ	Turismo de Aventura; Ecoturismo: Rural.	- Pedra do Itagurussu, de Itacaranha, do Macaco

Fonte: Elaboração própria com dados do PDITS (2014) e Guia Turístico Cultural do Ceará (2006).

As informações contidas no Quadro 1 levam a se admitir que a Serra da Ibiapaba é uma região com muitos atrativos ligados ao ecoturismo, como trilhas, cachoeiras e áreas onde é praticado o voo livre. Outras áreas oferecem o turismo de eventos, visto que as cidades de Carnaubal, São Benedito, Tianguá e Ubajara possuem potencialidade de desenvolvimento no turismo de negócios, sendo que tal potencialidade se liga diretamente ao cultivo de flores quando confrontada com o município de São Benedito. E embora haja outros sítios produtores de flores na Serra, somente em São Benedito ocorre a atividade de visitação turística aos sítios, o que não impossibilita a iniciação dos outros municípios produtores. Denota-se a relevância de políticas públicas para preservar e gerir sustentavelmente este local.

4.1.1 Principais atrativos turísticos da Serra da Ibiapaba

Embora toda a região da Serra da Ibiapaba possua vegetação, paisagens, clima, relevo e fontes de água que lhe proporcionem beleza, nem todos os municípios e atividades relacionadas no Quadro 1 possuem visibilidade turística. Por esta razão, relacionaram-se os principais atrativos turísticos e elencaram-se os principais problemas encontrados por ocasião da visita a estes.

O Parque Nacional de Ubajara fica na cidade de Ubajara, onde se localiza a gruta com o Bondinho, ponto turístico de maior relevância, ou o mais conhecido e citado pelas empresas de marketing turístico. No entanto, este se encontra desativado por problemas técnicos, desde maio de 2015, caracterizando o descaso do poder público com o turismo serrano e com o objeto que oferece atração de turistas para a região, contrariando os objetivos propostos pelos programas de desenvolvimento regional anteriormente mencionados. Embora já exista projeto da Secretaria de Turismo do Ceará (SETUR), em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para selecionar empresa que fará tal projeto de restauração (CEARÁ, 2017). Ocorre morosidade do governo em aplicar as políticas públicas estabelecidas, denotando o descaso. A Figura 4 apresenta a fachada do Parque Nacional de Ubajara.

Figura 4 – Parque Nacional de Ubajara



Fonte: Própria autora (2017).

A Figura 5 apresenta uma vista panorâmica da cidade de Viçosa do Ceará onde fica a Igreja do Céu, que recentemente passou a receber várias melhorias no entorno com a edificação de restaurantes e lojas de artesanato, mas ainda fechados aguardando licitação para a ocupação. Além deste, o principal ponto turístico do município, é a Pedra do Itagurussu onde são realizados voos de asa delta.

Figura 5 – Viçosa do Ceará



Fonte: Própria autora (2017).

Além dos pontos turísticos especificados, outro ponto com ampla divulgação nos sites turísticos, como o *tripadvisor*, é o Sítio do Bosco, em Tianguá, um hotel onde os visitantes participam de voos de asa delta e parapente (Figura 6), esporte de natureza, como trilhas e rapel, e conta com uma boa estrutura para receber os turistas, porém com sinalização precária para indicar sua localização.

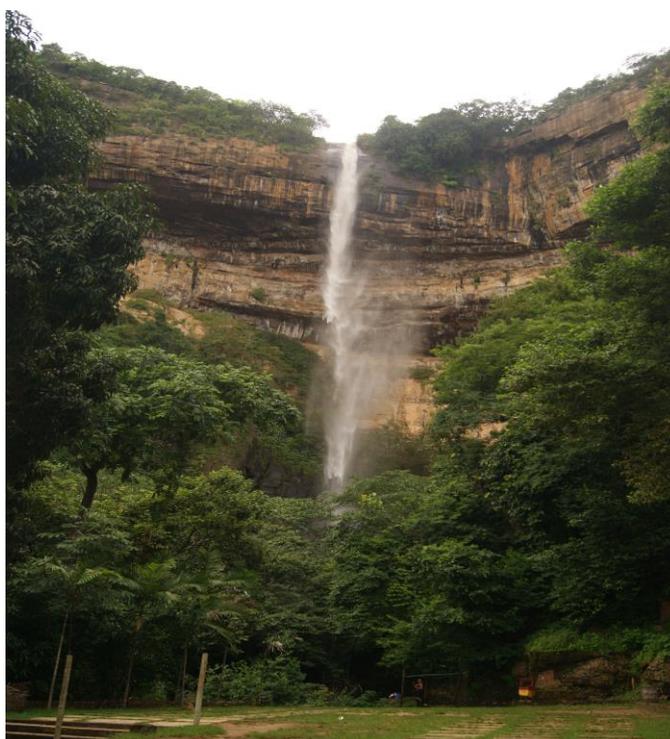
Figura 6 – Sítio do Bosco



Fonte: <<http://pedrolopes2010sb.blogspot.com.br/2010/08/sitio-do-boscoum-recanto-verdefrio-e.html>>.

A Bica do Ipu, na cidade de Ipu (Figura 7), remete ao romance de José de Alencar na lenda de Iracema, a virgem dos lábios de mel. Localiza-se numa área de proteção ambiental onde o riacho Ipuçaba se precipita de uma altura de 180 metros formando um véu de noiva. A atração faz parte do Balneário da Bica onde se encontra um restaurante e uma pousada, e embora o local possua uma beleza exuberante, percebem-se a falta de cuidados com as edificações e lixo próximo às áreas de banho.

Figura 7 – Bica do Ipu



Fonte: Própria autora (2017).

Outro atrativo relacionado entre os mais divulgados na mídia é o Santuário de Nossa Senhora de Fátima da Serra Grande, em São Benedito (CEARÁ, 2014), sobre o qual se discorre mais especificamente no item referente ao município de São Benedito.

Mediante a apresentação dos principais atrativos e considerando a necessidade de conhecer o quantitativo de empresas relacionadas à cadeia produtiva do turismo, na Serra da Ibiapaba, elaborou-se o Quadro 2, tendo em vista que “em todas as cidades há um déficit de estabelecimentos que ofereçam serviços e estrutura de apoio com melhor qualidade, para um público de visitantes mais exigentes” (IPETURIS, 2011, p. 3). Na elaboração, fez-se um levantamento do

quantitativo de empresas das cidades da Serra da Ibiapaba, que estejam ligadas diretamente ao objeto desta pesquisa, o cultivo de flores, bem como as que sejam parte da cadeia produtiva do turismo.

Quadro 2 – As Empresas da Serra da Ibiapaba

CNAE	Descrição	Quantidade Empresas
22900	Cultivo de flores e plantas ornamentais	15
623106	Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas	7
478900 2	Comércio varejista de plantas e flores naturais	49
510801	Hotéis e pousadas	48
611201	Restaurantes	274
911200	Agências de turismo, operadores turísticos e serv. de reserva	07

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CEARÁ, SEFAZ (2017).

O levantamento realizado com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) configura o total das empresas em atividade na Serra da Ibiapaba. Uma vez que a CNAE abrange uma diversidade muito maior de empresas do que aquelas que interessam a esta pesquisa, como é o caso das sementes, plantas e grama, que se encontram na mesma CNAE de comércio atacadista de flores, pode-se apontar uma falha de informação, o que, no entanto, não inviabiliza tal levantamento.

Entre as empresas apresentadas no Quadro 2 estão sete sítios estabelecidos em São Benedito, três em Ubajara e dois em Tianguá, sendo que os maiores produtores se encontram nos municípios de São Benedito e Ubajara, respectivamente. No entanto, as unidades hoteleiras são mais encontradas em Tianguá, com onze unidades, e Ubajara e Viçosa do Ceará, com nove unidades em cada uma, o que leva a uma reflexão sobre quão precária é a infraestrutura oferecida aos turistas. As agências de turismo localizam-se, em sua maioria, em Viçosa e trabalham com passeios, em grande parte, para fora do estado, dando assim uma perspectiva da valorização que o turismo interno tem na comunidade.

A cadeia produtiva de flores é um setor econômico que tem tido um crescimento extremamente significativo em todo o país, segundo dados do Instituto Brasileiro de Floricultura (IBRAFLOR, 2015, p. 02):

Desde 2006, o segmento de flores tem registrado altas de 5% a 8% em volume e de 4% a 7% em valor. O Brasil conta, atualmente, com cerca de 8 mil produtores de flores e plantas. Juntos, eles cultivam mais de 350 espécies com cerca de três mil variedades. Sendo assim, o mercado de flores é uma importante engrenagem na economia brasileira, responsável por 215.818 Empregos Diretos, 78.485 (36,37%) relativos à produção, 8.410 (3,9%) relacionados à distribuição, 120.574 (55,87%) no varejo, 8.349 (3,8%) em outras funções, em maior parte como apoio.

Logo, buscar parcerias que possam incentivar o crescimento de tal setor, ligando-o ao turismo de eventos na região onde se encontram estabelecidos os sítios, deveria ser uma prioridade no planejamento de desenvolvimento regional da Serra da Ibiapaba. Nas entrevistas, verificou-se que os agentes públicos da região, além de não terem conhecimento sobre a contribuição advinda de tal atividade, não possuem nenhum programa de governo relativo ao turismo sustentável ligado ao cultivo de flores e desconhecem a existência de programas estabelecidos pelo estado. No entanto, não se pode culpar tais agentes, visto que o que se verifica, na maioria das prefeituras da Serra, é a falta de gestores de uma Secretaria de Turismo nos Municípios.

É indispensável a criação de um órgão específico com a incumbência de formular e coordenar a execução dos planos de desenvolvimento. Este item é fundamental para o turismo, pois é triste verificar que em muitas cidades ele não é tratado com a importância que merece. (FERNANDES, 2011, p. 11)

E embora esta não seja uma realidade exclusiva da Serra da Ibiapaba, pode-se averiguar que em seis dos nove municípios da Serra não existe Secretaria de Turismo. Nestes municípios, a pasta está ligada à Secretaria de Cultura e/ou Esportes. Como então querer um desenvolvimento turístico numa região onde a figura governamental, que deveria estar à frente do planejamento e à busca de parcerias não existe? Como idealizar políticas públicas de turismo se não há gestores que tenham conhecimento técnico para as projetarem?

Além dos fatores expostos, outro dado relevante para a análise do desenvolvimento sustentável de uma região é a importância do IDH, pode-se dizer, com base em dados (BRASIL, 2010) encontrados no caderno territorial da Serra da Ibiapaba 193, que o percentual dos municípios da Serra está, em na maioria, com baixo desenvolvimento humano. Dessa forma, não há como se falar em

desenvolvimento de turismo regional para atendimento da qualidade de vida dos habitantes da Serra da Ibiapaba enquanto a população carece de desenvolvimento local, para tanto, as políticas públicas estabelecidas precisam ser mais eficazes na promoção deste.

Diante do exposto, verifica-se que a Serra da Ibiapaba é uma região com potencialidade turística que precisa ser trabalhada, seja na área hoteleira, visto a falta de alojamentos que possam atender a um público mais exigente¹⁴, seja na área de infraestrutura, com reformas nas estradas secundárias que dão acesso a pontos já explorados turisticamente e outros ainda não tão divulgados, como a reserva florestal do Hotel Serra Grande em Tianguá¹⁵, bem como a promoção de políticas públicas municipais e estaduais atreladas ao poder privado que divulguem a potencialidade turística existente, o que leva ao próximo capítulo e à análise do cultivo de flores, em São Benedito-CE, como uma das atividades promotoras de um turismo sustentável, tal análise procurou averiguar não somente a atividade turística, mas também a promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental.

¹⁴ Recentemente foi reformado o Hotel Fazenda Gospel, em Guaraciaba do Norte, que se destaca por sua infraestrutura e que atende a este público.

¹⁵ Tal reserva não fica na área do Hotel Serra Grande, mas em propriedade deste no município.

5 O CULTIVO DE FLORES E O TURISMO EM SÃO BENEDITO-CE NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

A partir das considerações feitas à Serra da Ibiapaba e tomando a cidade de São Benedito como base, este item trata do cultivo de flores e o turismo como um estudo da viabilidade de promover o desenvolvimento local sustentável.

São Benedito fica a 332 km de Fortaleza e possui uma população estimada em 44.178 habitantes (IBGE, 2010). Situa-se no alto da Serra de Ibiapaba, a cerca de 903 metros de altitude, sendo uma cidade de clima mais frio, diferenciado do restante do território cearense. O clima frio faz do município um produtor de flores contando com sete¹⁶ sítios produtivos. O acesso a São Benedito é feito pelas rodovias estaduais CE-187 e CE-321.

São Benedito, embora não seja a cidade com maiores atrativos turísticos da Serra da Ibiapaba, nem a que mais recebeu recursos do PRODETUR, figura no ranking das vinte principais cidades visitadas por turistas no estado, no ano de 2013, ocupando a 18ª posição, e no ano de 2016 caiu para a 19ª posição. Tal levantamento feito pela Secretaria de Turismo (SETUR), abrange os anos de 2009 a 2016, porém não houve menção de São Bendito nos demais períodos (CEARÁ, 2015).

A produção de flores na Serra da Ibiapaba foi incentivada pelo governo do Estado, via Secretaria de Agricultura Irrigada, que estimulou investidores divulgando o potencial da região para o cultivo de flores em feiras e eventos, tornando-se posteriormente um dos maiores produtores de rosas do País (CEARÁ, 2015), fato este que levou a cidade de São Benedito-CE a denominação de Capital das Rosas, no Ceará.

Algumas cidades no mundo utilizam o cultivo de flores e a beleza que tal agro-negócio proporciona às regiões, onde são cultivadas, como aliado à comercialização do produto com a atividade turística, como é o caso dos jardins de Keukenhof, na Holanda, e as feiras de Holambra, em São Paulo, Brasil. Assim, da mesma forma, mas em pequena escala, tem sido criada, na cidade de São Benedito, no Ceará, a associação da produção de flores para comercialização com a visita às estufas e campos, onde são cultivadas como uma atração turística.

¹⁶ Somente três sítios estão em funcionamento, embora sete tenham seus cadastros ativos na SEFAZ.

O aumento do cultivo de flores no Ceará tem mostrado a importância deste negócio no mercado nacional, como também tem valorizado a Serra da Ibiapaba e estimulado, entre outros, o turismo local, segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Além disso, por conta das belezas naturais e valores culturais, Ibiapaba tornou-se membro da Associação de Montanhas Famosas do Mundo (World Famous Mountais Association – WFMA), instituição criada, em 2009, com sede na China, cuja visão é difundir as práticas de conservação das montanhas de modo a favorecer o desenvolvimento local de montanhas em bases produtivas sustentáveis, por meio da troca de experiência, ajuda e promoção mútua (CEARÁ, 2014).

Visto que esta pesquisa tem como foco o desenvolvimento sustentável e sabendo que a “sustentabilidade pretende refletir uma política e estratégia de desenvolvimento econômico e social contínuo, sem prejuízo do ambiente e dos recursos naturais” (BENI, 2003, p.07), procura-se, por meio de pesquisa com aplicação de questionário e entrevistas realizadas com os produtores de flores e o corpo de gestores municipais, ligados ao *trade* turístico de São Benedito, averiguar o quanto as empresas de flores contribuem para que haja desenvolvimento sustentável e turismo. Sabe-se que a sustentabilidade se fundamenta em três eixos: o econômico, o social e o ambiental¹⁷, portanto passa-se a examinar como esses eixos são tratados nas empresas produtoras de flores, em São Benedito.

5.1 EIXO ECONÔMICO

A análise inicial dos resultados refere-se à contribuição econômica das empresas selecionadas para o município de São Benedito, considerando as informações relativas aos empregos gerados nos sítios.

Conforme Tabela 1, verifica-se que 73% dos empregados recebem até um salário mínimo, chegando a maioria de 95% quando se trata de até dois salários mínimos, e embora possa parecer um quantitativo muito grande de pessoas nessa faixa de valor não muito significativo, observa-se, entretanto, que todos os trabalhadores contratados pelos sítios possuem carteira assinada, diferenciando da realidade dos trabalhadores rurais no Brasil, onde “a maior parte dos trabalhadores

¹⁷ Conforme Sachs (2009).

assalariados rurais está em situação de trabalho ilegal (ou informal), ou seja, sem nenhuma das proteções garantidas pelo vínculo formal” (DIEESE, 2014, p.11).

Tabela 1 – Empregados dos sítios segundo a faixa salarial

Variáveis	Absoluto	Relativa (%)
Faixa salarial (em salários mínimos)		
Até 1	422	73
Mais de 1 até 2	127	22
Mais de 2 até 3	16	3
Acima de 5	10	2
Total	575	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Outro dado economicamente relevante apontado na Tabela 2 é sobre a oportunidade de empregos gerados nos sítios para os moradores de São Benedito e dos municípios da Serra. Constata-se que, em sua maioria, 94% dos trabalhadores, são oriundos do próprio município ou de outros municípios da Serra da Ibiapaba. Percebe-se também que, embora as empresas ofereçam boas oportunidades aos residentes da região, há um déficit de mão de obra qualificada para as áreas mais especializadas, como engenheiros agrônomos, fazendo com que haja mão de obra oriunda de outros estados para suprir tal necessidade. Dado percebido no nível de escolaridade apontado na mesma tabela, onde a maioria está relacionada na faixa de ensino fundamental e médio completo.

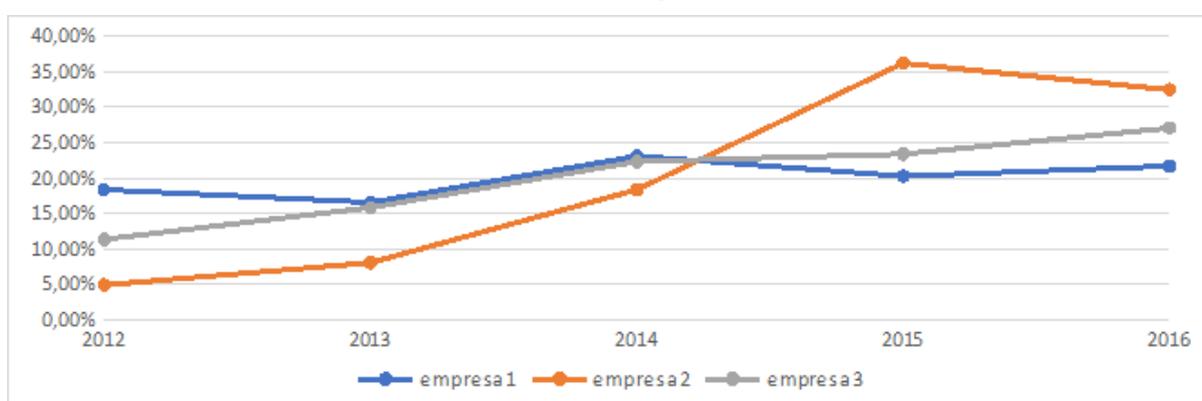
Tabela 2 – Perfil dos funcionários segundo a origem e escolaridade

Variáveis	Absoluto	Relativa (%)
Origem		
Do próprio município	512	89
De outros municípios da região da serra	31	5
De municípios de outras regiões do estado	12	2
De outros estados	20	3
Escolaridade		
Analfabeto	11	2
Ensino fundamental incompleto	45	8
Ensino fundamental completo	140	24
Ensino médio incompleto	72	13
Ensino médio completo	255	44
Ensino superior incompleto	14	2
Ensino superior completo	38	7
Total	575	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Durante a aplicação dos questionários, os empresários relataram que há necessidade crescente de novas contratações, uma vez que vem ocorrendo um crescimento significativo do setor nos últimos anos. “Nos últimos anos, o faturamento do setor vem crescendo significativamente. Foram faturados R\$ 5,7 bilhões em 2014, R\$ 6,2 bilhões em 2015 e, em 2016, com o crescimento estimado em até 8% o mercado deve faturar R\$6,65 bilhões.” (SEGUNDO, 2016, p.1). Fato percebido também nas empresas de São Benedito, conforme Gráfico 1:

Gráfico 1 – Faturamento dos sítios produtores de flores em São Benedito (2012 – 2016)



Fonte: Elaboração própria com dados da SEFAZ.

O levantamento apresentado no Gráfico 1 está em conformidade com as informações obtidas a partir da SEFAZ (2017) e tem como base o histórico de saídas anuais, convertido para percentuais, das empresas pesquisadas. Verifica-se que, mesmo em tempos de crise econômica do país, há um crescimento contínuo no faturamento das empresas, embora possa haver uma leve queda em algum período.

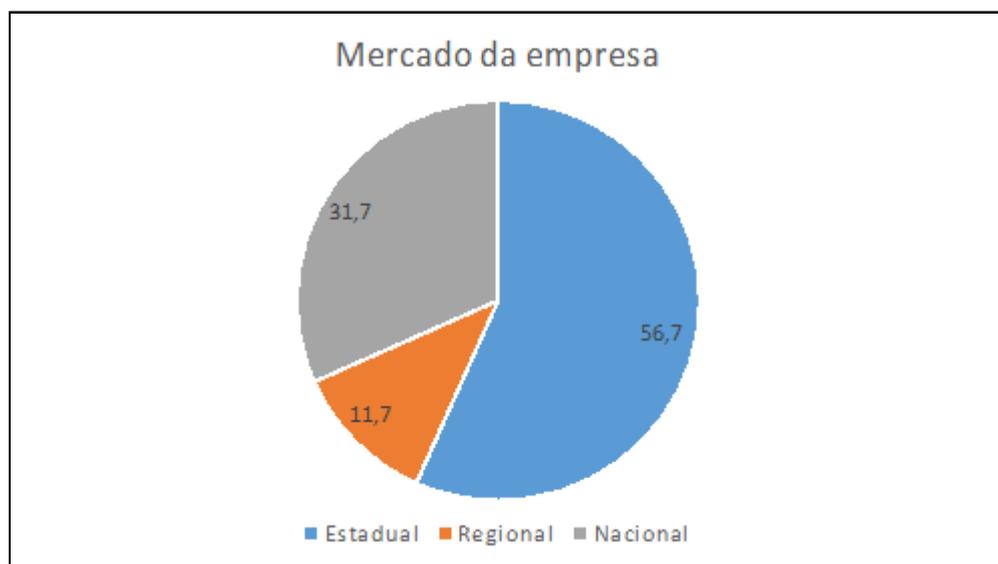
A produção de flores no Estado do Ceará trouxe, além das empresas de cultivo de flores, algumas empresas associadas a esta produção como: empresas fornecedoras de insumo (material de irrigação, fertilizantes, defensivos, estruturas de cultivo e embalagens), produtoras de adubo orgânico e substrato, bem como as distribuidoras; desta forma, contribuindo para o incremento da economia local com a geração de empregos, renda e impostos.

Outro fato relevante para a economia do município é a comercialização dos produtos produzidos nos sítios. Em trabalho realizado pela Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE), em parceria com o Instituto Agropolos do Ceará, verificou-se que o Estado do Ceará já foi o maior exportador de rosas, chegando, em 2009, a participar com uma exportação de 68,7% de todo o

montante exportado pelo Brasil (CEARÁ, 2009), fato este que foge da realidade hoje, haja vista o município de São Benedito, maior produtor de rosas, não realizar mais nenhuma exportação por problemas na logística.

Segundo os empresários, a exportação de flores para outros países é dificultada por dois fatores: alto custo para atender às demandas internacionais e falta de transporte aéreo adequado. Circunstância comprovada em diagnóstico feito pela ADECE em parceria com o Instituto Frutal: “Inexiste o transporte aéreo cargueiro principalmente para as floriculturas.” (CEARÁ, 2013, p.55) Toda a produção é destinada ao mercado interno brasileiro, conforme constatado na pesquisa realizada em São Benedito e relacionado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Percentual de comercialização dos produtos produzidos pelas empresas segundo o mercado atendido



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Nas saídas informadas no Gráfico 2, há que se esclarecer que o percentual dos produtos direcionados ao mercado estadual tem uma elevação no quantitativo considerando que a produção de uma das empresas é toda comercializada no estado, porém, quando levada em consideração a movimentação de tal empresa em relação às outras duas, verifica-se que a maioria dos produtos produzidos é para atender ao mercado nacional, uma vez que aquela ainda é uma empresa em expansão.

5.2 EIXO SOCIAL

Constituindo o segundo pilar da sustentabilidade está o desenvolvimento social. Afora a contribuição econômica advinda da empregabilidade nas empresas pesquisadas, pode-se dizer que tal fator é também constituinte de desenvolvimento social, visto que:

Sustentabilidade Social: é a criação de um processo de desenvolvimento civilizatório baseado no ser e que seja sustentado por uma maior equidade na distribuição do ter, nos direitos e nas condições das amplas massas da população, e achatar a distância entre os padrões de vida dos mais ricos e mais pobres (SACHS *apud* BENI, 2003, p.11).

Assim, para que se atinja um relativo bem-estar social, faz-se necessário tratar o eixo econômico como integrante desta cadeia, sendo que tal convergência é possível através da empregabilidade e condições justas de trabalho, dirimindo assim as desigualdades sociais.

Sabe-se que o cultivo de flores gera impactos não somente econômicos, mas também sociais, visto que outras atividades surgem a partir da implantação de tais sítios, assim como pode ter ocorrido o estímulo de atividades já existentes. Desta forma, o município é beneficiado com mais postos de trabalho, renda e impostos, além dos efeitos indiretos de melhorias na qualidade de vida da população.

Outro fator preponderante para análise do tripé social é o Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM), e embora não seja possível medir o quanto as empresas de cultivo de flores sejam responsáveis pelo crescimento de tal índice, em São Benedito, procura-se fazer uma relação com a implantação de tais empresas com os dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A implantação da primeira empresa de cultivo de flores ocorre no final de 1999, sendo a segunda maior no ano de 2001 e a terceira, em 2009, sendo que a pesquisa realizada no período anterior à implantação do primeiro sítio relaciona o IDHM em 0,289, elevando-se para 0,611 nas pesquisas de 2010¹⁸, representando crescimento de mais de duzentos por cento. Outros fatores políticos que ocorreram no país também estão relacionados a esse crescimento, entretanto não se pode minimizar o papel que elas tiveram no desenvolvimento do município.

¹⁸ Último ano pesquisado pelo IBGE.

5.3 EIXO DO MEIO AMBIENTE

O terceiro eixo da sustentabilidade remete ao meio ambiente e nesse eixo constatou-se, na pesquisa de campo, que, no caso do cultivo de flores em São Benedito-CE, é um campo propício ao desenvolvimento do turismo sustentável visto que há preocupação em termos de missão das empresas e propostas de melhoria na qualidade do meio ambiente, além da utilização de produtos como fertilizantes e agrotóxicos, produtos orgânicos ou não, bem como a reciclagem dos produtos produzidos e não comercializados, afora programas de educação para o ensino da reutilização e monitoramento da água. Tendo em vista que a busca por uma agricultura sustentável tem exigido cada vez mais uma reflexão sobre as ações adotadas em campo e suas consequências, alguns itens observados nos sítios foram avaliados pelo grau de importância que tais atividades desempenham nas empresas, sendo que tal avaliação foi feita com base na Escala de Linkert.

Verifica-se que o consumo e o sistema de captação de água são fatores determinantemente prioritários para os três sítios, com um grau máximo de importância. Todos os sítios possuem sistema de captação de água das chuvas para tanques de armazenagem e sistema de irrigação onde a água utilizada é reaproveitada, passando por um filtro, e depois utilizada para o microclima naquelas que fazem o cultivo em estufas ou então entra no processo de irrigação novamente.

O segundo ponto com maior grau de importância está relacionado ao sistema de reciclagem da produção da empresa e do lixo produzido. No quesito reciclagem, observou-se, nos sítios, que esta ação se inicia a partir dos produtos produzidos e não comercializados, os quais se revertem em adubos, no uso de embalagem biodegradáveis, na utilização do bagaço de cana para manter a umidade do solo, enquanto a reciclagem do lixo produzida é feita por meio de uma coleta seletiva do lixo orgânico e inorgânico.

Outro importante fator ambiental levantado, tendo em vista a quantidade de área desmatada na produção das flores, é o do reflorestamento como importante quesito para a sustentabilidade, uma vez que as empresas possuem programa para plantio de árvores nativas nos lugares onde estão instaladas.

5.4 O TURISMO EM SÃO BENEDITO-CE

As análises realizadas com os dados da pesquisa partem do entendimento de que o desenvolvimento sustentável remete à área econômica, social e ambiental, daí a importância de se analisar a contribuição econômica que o cultivo de flores possui no contexto do município de São Benedito. Porém a verificação é quanto ao desenvolvimento da atividade turística sustentável e assim a análise se estende aos principais atrativos turísticos do município.

Além das duas fazendas produtoras de rosas, a CeaRosa e a Reijers (IPETURIS, 2011), bem como a fazenda Flora Fogaça, que recebem visitação pública, podem ser encontrados outros atrativos ligados aos lugares históricos e culturais, como é o caso do Santuário de Nossa Senhora de Fátima da Serra Grande, do museu e da igreja matriz e atrativos ligados ao ecoturismo como o mirante do sítio Barra; “os atrativos naturais se estendem por toda parte tornando São Benedito destino certo para o ecoturismo, com destaque para a Bica de São Cristóvão e cachoeiras do Buraco da Velha e Mata Fresca.”(CEARÁ, 2006, p. 251)

5.5.1 O sítio CeaRosa

O primeiro sítio produtor de flores ornamentais a se instalar em São Benedito foi a CeaRosa (Figura 8), em dezembro de 1999, quando o proprietário, com experiência com o cultivo de flores no Rio Grande do Sul, vê São Benedito como lugar apropriado para cultivar flores o ano inteiro, tornando-se assim o precursor dos outros sítios que vieram depois.

Figura 8 – Entrada CeaRosa

Fonte: Própria autora (2017).

A princípio a empresa criada com intenção de produzir para o mercado estrangeiro chega a exportar para Portugal, Rússia e Alemanha, porém, desde 2010, não utiliza mais esta modalidade de comercialização devido à dificuldade para atingir valores de comercialização no mercado estrangeiro frente ao custo elevado de mobilidade para efetuar o transporte aéreo¹⁹.

Esta empresa foi também a primeira a ganhar repercussão na mídia televisiva e escrita, o que a levou ao recebimento de visitas nas estufas. Hoje, no entanto, a CeaRosa só recebe visitação de grupos de estudantes devidamente agendados e alia ao cultivo de flores a produção de vegetais.

5.5.2 A empresa Reijers

Em 2001, na busca de novas oportunidades de produção, Roberto Reijers, que já trabalhava com a produção de flores em São Paulo e Minas Gerais, inicia um moderno e inovador projeto no Estado do Ceará, no município de São Benedito-CE. A nova região de produção conta com clima e luminosidade constante ao longo do ano, o que é vantajoso para a produção de rosas. Assim, instala-se no município de São Benedito-CE, na Fazenda Lagoa Jussara, a maior área de produção de rosas (Figura 9) do grupo Reijers no Brasil.(REIJERS, 2010)

¹⁹ Informa o obtida a partir de conversa informal no momento da aplica o do questionário.

Figura 9 – Rosa das estufas Reijers



Fonte: Própria autora (2017).

Além da produção de flores, a Reijers desenvolve dois programas sociais, o Projeto Amiguinhos da Reijers (PAR) e a parceria com a Tecflores na programação de cursos básicos de floricultura, via Instituto Agropolos e Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA/CE). A parceria se dá pelo ingresso de alunos, que fazem parte do projeto, no curso, bem como com a absorção de estudantes em estágios com possibilidade de posterior admissão na empresa.

A parceria da Reijers Produção de Rosas com a Escola de Floricultura do Ceará (TECFLORES) proporciona um intercâmbio entre os estudantes e os funcionários da empresa, com troca de conhecimentos e noções de funcionamento da estrutura de uma grande floricultura. Em alguns casos, os estudantes passam a fazer parte da empresa, são admitidos no seu quadro (REVISTA, 2010, p. 12).

O Projeto Amiguinhos da Reijers (PAR) inicia-se, em 2006, com a missão de proporcionar oportunidades para os que estão interessados a se desenvolver e se transformar em pessoas com sólidos valores humanos, que consistem em oferecer afetividade, somada à disciplina e à sociabilização. Tal projeto atende os filhos de funcionários e crianças e adolescentes da comunidade local entre 4 e 16 anos (REVISTA, 2013).

Na Reijers, a visitação se faz somente ao cultivo feito em estufas, sendo que, a partir de julho deste ano, a visitação passou a ser cobrada para proceder à contratação de pessoal treinado para receber o público visitante e regularizar os horários. As visitas em grupo, normalmente advindos de escolas da região da Ibiapaba, Sobral e até mesmo de municípios próximos do Piauí, são agendadas e

feitas em ônibus, porém há também a visita de indivíduos e famílias que chegam de carro ao local sem necessidade de agendamento, apenas observando o horário de funcionamento da empresa; não há transporte no município com tal oferta.

5.5.3 O sítio Flora Fogaça

Em 2009, o sítio Flora Fogaça inicia as atividades como o terceiro maior sítio produtor a se estabelecer em São Benedito, sendo relativamente novo no município, mas não no exercício da atividade, é de menor porte que os outros.

A Flora Fogaça recebe visitação turística irrestrita em campo aberto (Figura 10), tornando assim interessante a visitação, já que o diferencia dos outros sítios. Para a empresa não há o estabelecimento de valor a ser pago na visitação, no entanto, em determinados períodos do ano, são solicitadas contribuições de brinquedos, roupas ou outros objetos, que são doados aos filhos dos funcionários e às crianças carentes.

Figura 10 – Flores no campo da Flora Fogaça



Fonte: Própria autora (2017).

Estes são os sítios em atividade em São Benedito e que recebem visita de turistas nos campos ou estufas, sejam elas abertas ao público em geral ou para grupos restritos. Além destes, outro atrativo com repercussão no cenário turístico do

município é o Santuário de Nossa Senhora de Fátima da Serra Grande, apresentado na Figura 11.

5.5.4 Santuário de Nossa Senhora de Fátima da Serra Grande

Figura 11 – Santuário de N. Sra. de Fátima



Fonte: Própria autora (2017).

Um dos principais atrativos turísticos do município é o Santuário Nossa Senhora de Fátima da Serra Grande, fundado em 13 de outubro de 2006, recebe, em média, a visitação de 200 mil peregrinos por ano.

O local conta com infraestrutura de lanchonete, banheiros, sala dos milagres e estacionamento, além do templo principal, que comporta até 1800 fiéis sentados, e três capelas auxiliares. Todos com acessos especiais. É o único ponto turístico mencionado pelos gestores entrevistados da administração municipal.

Embora São Benedito seja uma cidade de pequeno porte com muitos problemas de infraestrutura turística, como carência de pousadas e hotéis, oferece a possibilidade de desenvolvimento turístico sustentável, apresentando os recursos naturais encontrados. Entretanto, a ausência de técnicos qualificados, como gestores públicos ligados ao turismo, acarreta na falta de informações e de programas que possibilitem o desenvolvimento da atividade no município. Há ausência de informações sobre atividades realizadas, como o festival de flores de

São Benedito, ocorrido em 2009, e qual o motivo da descontinuidade deste. Verifica-se ainda que o município carece de políticas públicas de turismo que possam promover os atrativos que, embora pouco conhecidos, inclusive pela população estadual, são atrativos.

Segundo Bursztyn (2001, p. 60), o desenvolvimento da atividade turística que alguns países conseguiram atingir torna-se possível graças à “visão de longo prazo, uma predisposição a empreender reformas – o que significa vontade política e um arranjo entre as elites dirigentes – e o estabelecimento de instrumentos de indução por parte do poder público.” Logo, reconhece-se a necessidade preeminente de mudanças estruturais para que o município de São Benedito, como toda a Serra da Ibiapaba, possa se desenvolver pelo turismo.

Diante do exposto, passa-se às considerações finais que explicam a pesquisa. Parte-se do princípio de que a leitura realizada em todos os aspectos ligados à pesquisa, que tratam de desenvolvimento sustentável, turismo sustentável, e políticas públicas do turismo, retrata a necessidade de melhorias para que os procedimentos estabelecidos na teoria sejam colocados em prática. O município luta para o estabelecimento do desenvolvimento de forma que não busque somente o crescimento econômico e que não traga conflitos comprometendo a sustentabilidade, principalmente nas localidades onde a pobreza está instalada. A falta de planejamento no turismo tão defendido por alguns teóricos como Fernandes, Cooper e Krippendorf faz com que ações estabelecidas em programas do governo estadual, como os PPAs, sejam desenvolvidas de forma morosa ou esquecida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação analisa o cultivo de flores ornamentais em São Benedito, na Serra da Ibiapaba, no Ceará, verifica o negócio econômico e ao mesmo tempo turístico, e se desenvolvido de forma sustentável. Conclui-se que há certa preocupação com o desenvolvimento sustentável local pautado no princípio da sustentabilidade na atividade econômica do cultivo de flores e que há correlação entre a sustentabilidade turística e econômica do cultivo de flores em São Benedito-CE.

A fundamentação teórico-metodológica contribuiu para o levantamento dos dados por meio de questionários e entrevistas. O levantamento foi realizado com pesquisa aplicada aos produtores em atividade no município e entrevista com os gestores municipais diretamente relacionados ao turismo. Também foram realizadas conversas informais fornecendo dados que o questionário sozinho não conseguiria.

Diante dos estudos e análises, chegou-se aos seguintes resultados:

- A gestão pública (secretário de turismo e assessor desta secretaria e secretário de infraestrutura) desconhece e/ou há pouco interesse e ingerência em relação aos programas estaduais ligados diretamente ao desenvolvimento do turismo na região.
- Não há um programa de governo municipal que contemple diretamente a promoção do turismo no município, principalmente aquele direcionado aos produtores de flores.
- A lentidão na execução das políticas públicas de desenvolvimento turístico na região da Serra da Ibiapaba é percebida em todas as atividades, desde a execução de infraestrutura básica até a recuperação de pontos turísticos existentes.
- a atividade turística ligada ao cultivo de flores funciona ainda que de forma inexpressiva.
- Há carência de serviços turísticos em toda a cadeia produtiva do turismo na Serra da Ibiapaba.
- As empresas produtoras de flores não são contempladas com programas de incentivo fiscal estadual nem municipal.

- A atividade econômica do cultivo de flores é fonte de geração de empregos na área rural e urbana, visto que, além do estabelecimento dos sítios, outras empresas se estabelecem na cidade, seja de fornecedores de insumos, bem como os revendedores dos produtos produzidos nos sítios.
- O mercado consumidor de flores encontra-se em expansão, favorecendo assim aqueles que buscam uma nova fonte de renda.
- O mercado de flores é um agronegócio que respeita os princípios da sustentabilidade ambiental.
- As empresas produtoras de flores demonstram preocupação social e oferecem programas de inclusão social, absorção da força de trabalho e manutenção de garantias trabalhistas, como assinatura de carteira de trabalho.

Pode-se concluir que os pressupostos levantados, a princípio, foram parcialmente comprovados, visto que a atividade do cultivo de flores é uma atividade que alia o desenvolvimento econômico, social e ambiental, sendo, portanto, de cunho sustentável. A falta de políticas públicas municipais contrastam com o cultivo de flores e a necessidade de promoção de São Benedito-CE, no cenário turístico do estado. Embora haja tentativa de inserção do cultivo de flores turismo de contemplação, em São Benedito, ainda há muito a ser realizado para que ele assim possa ser reconhecido. A dificuldade enfrentada no levantamento de dados referente ao turismo e geração de emprego nas empresas de cultivo de flores, em São Benedito, é real pela falta de dados oficiais disponibilizados, nem mesmo os gestores locais possuem informações.

Conclui-se que os desafios precisam ser sobrepujados para que haja fortalecimento da atividade turística sustentável em São Benedito. Há necessidade de gestores que conheçam o turismo e o considerem vetor do desenvolvimento e faça ampla divulgação dos atrativos do município. Defende-se também a retomada do festival de flores, feira antes ocorrida no município e que trabalha com o turismo de eventos.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ. **Folder Flores do Ceará**. Fortaleza, 2009. Disponível em:

<<http://www.adece.ce.gov.br/phocadownload/Agronegocio/adecefolderflores.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ. **Diagnóstico Propositivo dos perímetros e áreas irrigadas com fruticultura e floricultura no Ceará**. Fortaleza, 2013. Disponível em:

<<http://www.adece.ce.gov.br/index.php/downloads/category/47-plano-diretor-de-agricultura-irrigada-do-ceara>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

ARAÚJO, C. M.; TASCHNER, G. Turismo e políticas públicas no Brasil. In: BENI, M. (Org.). **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão - desenvolvimento regional, rede de produção e clusters**. Barueri, SP: Manole, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO. **Conceito**. Disponível em:

<<http://www.abagr.org.br/agronegocioConceito.php>>. Acesso em: 5 dez. 2016.

BAPTISTA, M. M. **O turismo na economia, uma abordagem técnica, econômica, social e cultural**. Rio de Mouro, Portugal: Printer portuguesa, 1990.

BARRETTO, M. **Turismo, políticas públicas e relações internacionais**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

BARROS, A.; DUARTE, J. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2008.

BENI, M. C. Como Certificar o Turismo Sustentável? **Turismo em Análise**, v.14, n.2, p.5-16, nov. 2003. Disponível em:

<www.revistas.usp.br/rta/article/download/63641/66406>. Acesso em: 01 nov. 2016.

BENI, M. C. **Turismo sustentável**. 19 dez. 2012. Disponível em:

<<https://mcbeni.wordpress.com/category/turismo-politicas-publicas-planejamento-estrategico-desenvolvimento-regional-sustentavel/>>. Acesso em: 20 maio 2017.

BERMUDES, W. L.; SANTANA, T. B.; BRAGA, J. H. O.; SOUZA, P. H. Tipos de escala utilizadas em pesquisas e suas aplicações. **Vértices**, Campos dos Goyatacazes, RJ, v.18, n.2, p. 7-20, maio/ago. 2016. Disponível em:

<<http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/5912>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA 001/1986 de 23 de janeiro de 1986**. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em: 22 out. 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo e o mercado**. Brasília: Mtur, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo**. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Marcos conceituais**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/assuntos/5292-caderno-e-manuais-de-segmenta%C3%A7%C3%A3o.html>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

BREG, G. **Imigração, cooperativismo e meio ambiente**: estudo de caso da cidade de Holambra, SP. 2008. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Ambiental) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/118400>>. Acesso em: 14 maio 2017.

BRÜSEKE, F. J. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza**: Estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

CAIADO, A. G. C. **Impactos da floricultura sobre o turismo no Espírito Santo**. Vitória: SEBRAE/ES, 2007.

CARDOSO, G. C. C. **A Atuação do Estado no Desenvolvimento Recente do Nordeste**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

CARDOSO, M. R. C. **Empregos verdes, desenvolvimento regional e sustentabilidade no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: EdUECE, 2014.

CAVALLARO, G. M.; FURLANETI, É. W.; KRAKAUER, P. V. C. Cluster e desenvolvimento local: o caso da Cooperativa Veiling Holambra. **Revista Espacios**, v. 37, n.19, 2016. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a16v37n19/16371911.html>>. Acesso em: 04 set. 2017.

CEARÁ. Assembleia Legislativa. **Licitação para reforma do bondinho de Ubajara está prevista para julho**. 07 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/65173-07-06-2017-ci01>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

CEARÁ. Secretaria da Cultura. **Guia Turístico Cultural do Ceará**. Fortaleza: Secult, 2006.

CEARA. Secretaria do Planejamento e Gestão. **Plano Plurianual 2016-2019: PPA Participativo**, junho/2015. Fortaleza, 2015.

CEARÁ. Secretaria do Turismo. **Manual de Operações PRODETUR CEARÁ**, janeiro/2012. Fortaleza, 2012. Disponível em: <<http://www.setur.ce.gov.br/images/PDFs/PRODETUR/manual-de-operacoes-ce.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

CEARÁ. Secretaria do Turismo. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS)**. PRODETUR Nacional Ceará, 2014. Fortaleza: SETUR, 2014.

CEARÁ. Secretaria do Turismo. **Indicadores Turísticos 1995-2016**. Fortaleza: SETUR, 2015. Disponível em: <<http://www.setur.ce.gov.br/images/PDFs/ESTUDOS-PESQUISAS/indicadores-turismo-1995-2016.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

CEARÁ. Secretaria do Turismo. **Plano Ceará Receptivo**. SETUR, 2015.

CEARÁ. Secretaria do Turismo. **Aeroporto de Jericoacoara irá impulsionar economia do Litoral Oeste**. 23 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.setur.ce.gov.br/index.php/noticias/43474-2017-06-23-18-43-06>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

COOPER, C. **Turismo: princípios e prática**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

COOPER, C.; HALL, M.; TRIGO, L. G. G. Turistas contemporâneos, comportamentos e fluxos turísticos. In: COOPER, C.; HALL, M.; TRIGO, L. G. G. (Orgs.). **Turismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

COOPER, C. **Turismo: princípios e práticas**. Tradução de Alexandre Salvaterra. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

COOPER, C.; HALL, M.; TRIGO, L. G. G. O alcance do setor de turismo contemporâneo. In: COOPER, C.; HALL, M.; TRIGO, L. G. G. (Orgs.). **Turismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CORIOLOANO, L. N. M. T. Os discursos e as práticas políticas do turismo no Ceará. In: CORIOLOANO, L. N. M. T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CORIOLOANO, L. N. M. T.; LEITÃO, C. S.; VASCONCELOS, F. P. Turismo, cultura e desenvolvimento na escala humana. In: CORRÊA, M. L.; PIMENTA, S. M.; ARNDT, Jorge Renato Lacerda. (Orgs.). **Turismo, sustentabilidade e meio ambiente: contradições e convergências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CORIOLOANO, L. N. M. T.; FERNANDES, L. M. M. Políticas de turismo: ações e contradições da realidade cearense. In: CORIOLOANO, L. N. M. T.; VASCONCELOS, F. P. **O Turismo e relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências**. 2.ed. Fortaleza: EdUECE, 2014.

CORIOLOANO, L. N. O turismo comunitário no contexto da globalização. In: CORIOLOANO, L. N. M. T. (Org.). **Turismo, território e conflitos imobiliários**. Fortaleza: EdUECE, 2012.

CORIOLOANO, L. N.; SAMPAIO, C. A. C. Territórios solidários latino-americanos e turismo comunitário no reatamento aos megaempreendimentos transnacionais. In: **Turismo, território e conflitos imobiliários**. Fortaleza: EdUECE, 2012. 431p.

CORREA, M. L.; PIMENTA, S. M.; ARNDT, J. R. L. (Orgs.). **Turismo: sustentabilidade e Meio Ambiente, contradições e convergências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro. **Estudos e Pesquisas**, n.74, p.1-33, 2014. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2014/estpesq74trabalhoRural.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

DIAS, R. **Sustentabilidade**: origem e fundamentos; educação e governança global; modelo de desenvolvimento. São Paulo: Atlas, 2015.

DONNE, J. **Meditações XVII**. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/165821-11>>. Acesso em: 23 out. 2016.

FARIA, D. M. C. P. **Desenvolvimento e Turismo**: uma abordagem conceitual. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2012. Disponível em: <<http://cedeplar.face.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20462.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

FERNANDES, I. **Planejamento e Organização do Turismo**: uma abordagem desenvolvimentista com responsabilidade ambiental. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HOLAMBRA a capital nacional das flores. 2017. Disponível em: <<http://www.expoflora.com.br/holambra-a-capital-nacional-das-flores/>>. Acesso em: 27 set. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Caderno territorial da Serra da Ibiapaba 193**. 2010. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE FLORICULTURA. **Dados do setor condensados 09.2015**. Disponível em: <<http://ibraflor.com/publicacoes/vw.php?cod=246>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **São Benedito**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=231230>>. Acesso em: 18 fev.2016.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Anuário Estatístico do Ceará 2015**. Fortaleza: IPECE, 2015. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/anuário/anuário2015/aspectosEconomicos/turismo/demanda_turistica.htm>. Acesso em: 16 set. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISAS, ESTUDOS E CAPACITAÇÃO EM TURISMO. **Estudo de Mercado dos Polos Turísticos do PRODETUR Nacional no Estado do Ceará**. Produto 5 – Estudo da Oferta Turística. São Paulo, 2011.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2001.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. (Orgs.). **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITÃO, C. S. Os gestores e as políticas públicas, privadas e alternativas, do turismo. In: CORIOLANO, L. N. (Coord.). **Turismo: gestão da cadeia produtiva**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2008.

LIMA, C. F. Reforma do estado e desenvolvimento no Ceará: notas para debate. In: **Reforma do estado e outros estudos**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004. p.45-58.

MAMEDE, S. B.; ALHO, C. J. R. Turismo de contemplação de mamíferos no Pantanal: alternativa para o uso sustentável da fauna. In: SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SOCIO-ECONÔMICOS DO PANTANAL, 4., 2004, Corumbá/MS. **Anais eletrônicos...** Corumbá/MS: EMBRAPA, 2004. p.1-16. Disponível em:

<<http://www.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/sumario/artigos/asperctos/pdf/socio/333SC-Mamede-1-OKVisto.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

MEDRI, W. **Análise Exploratória de Dados**. 2011. 81 f. Monografia (Especialização em Estatística) – Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011. Disponível em:

<http://www.uel.br/pos/estatisticaquantitativa/textos_didaticos/especializacao_estatistica.pdf>. Acesso em: 23 maio 2017.

MORIN, E. A necessidade de um pensamento complexo. In: MENDES, C. (Org.). **Representação e Complexidade** Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p.69-78.

MOURAO, J. M. Desenvolvimento Sustentável do Turismo – princípios, fundamentos e prática. **Geoinova**, Lisboa, n. 2, p.87-107, 2000. Disponível em: <<http://fcsh.unl.pt/geoinova/revistas/files/n2-5.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

NEDER, H. D. **Curso de Estatística Aplicada**. Instituto de Economia – Universidade Federal de Uberlândia, 2014. Disponível em: <http://www.ecn26.ie.ufu.br/TEXTOS_ESTADISTICA/NOTAS%20DE%20AULA%20E%20ESTADISTICA.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Sustainable Tourism Development in UNESCO Designated Sites in South-Eastern Europe**. Bonn/Germany: UNEP, 2004. Disponível em:

<http://portal.unesco.org/es/files/45338/12417872579Introduction_Sustainable_Tourism.pdf/Introduction_Sustainable_Tourism.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.

RELATÓRIO Brundtland nosso futuro comum: definição e princípios. Disponível em:

<<http://www.inbs.com.br/ead/Arquivos%20Cursos/SANeMeT/RELAT%23U00d3RIO%20BRUNDTLAND%20%23U201cNOSSO%20FUTURO%20COMUM%23U201d.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

REVISTA REIJERS. São Benedito: VXZ – Publicidade & Mídia, ano 2, n. 2, 2010. 25p.

REVISTA REIJERS. São Benedito: VXZ – Publicidade & Mídia, 2013.

RODRIGUES, A. B. Percalços do planejamento turístico: o Prodetur-NE. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e geografia** - reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

RODRIGUES, J. Escola de floricultura amplia capacitação para jovens. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 28 set 2013. Regional. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/escola-de-floricultura-amplia-capacitacao-para-jovens-1.448120>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, G. E. O., KADOTA, D. K. (Orgs.). **Economia do Turismo**. São Paulo: Aleph, 2012.

SEGUNDO IBRAFLOR mercado brasileiro de ornamentais crescerá mais de 6% em 2016. **Negócios com flores**, São Paulo, 30 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.negocioscomflores.com.br/artigos-gratis/segundo-ibraflor-mercado-brasileiro-de-ornamentais-crescera-mais-de-6-em-2016>>. Acesso em: 04 set. 2016.

SHARPLEY, R. Tourism and sustainable development: exploring the theoretical divide. **Journal of Sustainable Tourism**, v.8, n.1, p.1-19, feb. 2000. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/249023970_Tourism_and_Sustainable_Development_Exploring_the_Theoretical_Divide>. Acesso em: 04 nov. 2016.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.16, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

TRIGO, L. G. G. Problemas e possibilidades do turismo brasileiro. In: GASTAL, S.; MOESCH, M. M. (Orgs.). **Um outro turismo é possível**. São Paulo: Contexto, 2004.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME AND WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Tourism in the Green Economy**: Background Report. Madrid: UNWTO, 2012.

WILLIAMS, S. **Tourism Geography**. London: Taylor & Francis e-Library, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário aplicado às empresas produtoras de flores em São Benedito-CE

1. Razão social _____
2. End. _____
3. Município de localização _____
4. Tamanho: 1. () Micro 2. () Pequena 3. () Média 4. () Grande
5. Quantidade de funcionários: _____
6. Produtos: _____
7. Ano de fundação da empresa _____
8. Sua empresa é independente () ou faz parte de um grupo () Citar _____

9. Perfil do Proprietário

Perfil	Dados
Idade	
Sexo	() Masc. () Fem.
Escolaridade (assinale quanto à classificação abaixo)	
Esta é uma empresa familiar?	() Sim () Não

1. Analfabeto () 2. Ensino Fundamental Incompleto () 3. Ensino Fundamental Completo () 4. Ensino Médio Incompleto () 5. Ensino Médio Completo () 6. Superior Incompleto () 7. Superior Completo () 8. Pós-Graduação ()

10. Escolaridade dos Funcionários

Ensino	Número do pessoal
Analfabeto	
Ensino Fundamental Incompleto	
Ensino Fundamental Completo	
Ensino Médio Incompleto	
Ensino Médio Completo	
Superior Incompleto	
Superior Completo	

11. Qual a origem dos empregados contratados?

Origem	Número do pessoal
Do próprio Município	
De outros municípios da região da Serra	
De municípios de outras regiões do estado	
De outros estados	

12. Qual a Faixa Salarial dos Funcionários?

	Número do pessoal
Até um salário mínimo	
De 1 a 2 salários mínimos	
De 2 a 3 salários mínimos	
Mais de 5 salários mínimos	

13. Qual a Relação Trabalhista com os Funcionários?

	Número do pessoal
Carteira assinada	
Informal	
Contrato	
Associações e Cooperativas	

14. Sua Empresa Efetuou Atividade de Treinamento e Capacitação de Recursos Humanos Durante os Anos de 2015 a 2016?

Descrição	Grau de Importância				
	0	1	2	3	4
Treinamento na empresa					
Treinamento em cursos técnicos					
Estágios em empresas fornecedoras ou clientes					
Estágios em empresas do grupo					
Contratação de técnicos/engenheiros de outras empresas					
Absorção de formandos dos cursos universitários localizados na região ou próximos					
Absorção de formandos dos cursos técnicos localizados na região ou próximos					

15. A Empresa Recebe Visitação Turística? () Sim () Não. É cobrado pela visitação turística? () Sim () Não

16. Em Caso Afirmativo, Qual o Valor Médio Cobrado por Visitante?

17. O Desenvolvimento da Atividade Turística Motivou Contratação de Pessoal para Atender aos Visitantes? () Sim () Não

18. Em Caso Afirmitivo, o Pessoal Contratado Foi Treinado para Atender às Necessidades dos Visitantes?

19. Quanto à Comercialização dos Produtos Produzidos pela Empresa, Quais os Mercados Atendidos?

Estadual ____% Regional ____% Nacional ____% Internacional ____%

20. Houve Registro de Exportação em:

2016 () Sim () Não

2015 () Sim () Não

2014 () Sim () Não

2013 () Sim () Não

21. Caso Não Exporte, Citar Razões:

22. Avalie a Importância do Impacto Resultante da Introdução de Inovações Introduzidas Durante os Últimos Anos (2015 a 2016) na sua Empresa.

Descrição	Grau de Importância				
	0	1	2	3	4
Aumento da produtividade da empresa					
Ampliação da gama de produtos ofertados					
Aumento da qualidade dos produtos					
Permitiu que a empresa mantivesse a sua participação nos mercados de atuação					
Aumento da participação no mercado interno da empresa					
Aumento da participação no mercado externo da empresa					
Permitiu que a empresa abrisse novos mercados					
Permitiu a redução de custos do trabalho					
Permitiu a redução de custos de insumo					
Permitiu a redução do consumo de energia					
Permitiu o enquadramento em regulações e normas padrão relativas ao:					
Mercado Interno					
Mercado Externo					
Permitiu reduzir o impacto sobre o meio ambiente					

23. Avalie o Grau de Importância que os Seguintes Itens Desempenharam para a Sustentabilidade da Empresa Durante os Anos (2015 a 2016)

IMPACTO DA PRODUÇÃO NO MEIO AMBIENTE	GRAU DE IMPORTÂNCIA				
	0	1	2	3	4
Uso de fertilizantes orgânicos					
Uso de agrotóxicos					
Reciclagem da produção da empresa					
Reciclagem de lixo produzida					
Sistema de captação de água					
Consumo de água					
Outros					

Agradecemos sua colaboração!

APÊNDICE B – Roteiro para entrevista com agente público

1. Quais os incentivos que a prefeitura possui para os produtores de flores?
2. Na visão do poder público, as empresas produtoras de flores trouxeram algum benefício para o município de São Benedito? Quais?
3. Que programas ou projetos a prefeitura tem para o desenvolvimento do turismo no município?
4. Quais as atividades turísticas beneficiadas com os programas estabelecidos pela prefeitura?
5. Existe algum plano de governo para implementar o turismo com rota proveniente do litoral oeste?
6. Como o aeroporto de Jericoacoara beneficiará o município de São Benedito e as ações promovidas para o turismo?